



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal N° 067/2002 – 16/04/2002
Ano XXIV – Edição N.º 2777 – Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.
www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

ADMINISTRAÇÃO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO JOÃO EUDES FERREIRA FILHO

PODER EXECUTIVO

João Eudes Ferreira Filho
Prefeito

João Manoel Pessoa Neto
Vice-prefeito

PODER LEGISLATIVO

Carlos Marcondes Matias Lopes
Presidente

Manoel Argemiro Lopes Neto
Vice-presidente

Wlisvan Gomes da Silva
1ª Secretário

Márcia Luciana de Melo Medeiros
2º Secretária

Francisco de Assis Rodrigues Ferreira
Vereador

Francisco Deuzidete da Silva
Vereador

Hudson Bruno da Silva
Vereador

José Possidônio Lopes Neto
Vereador

Ronaldo Adriano da Silva
Vereador

Expediente: Maria José da Silva
Secretária de Comunicação, Marketing, Publicidade e Eventos
Diretor de Redação: Ailton Rodrigues dos Santos



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal N° 067/2002 – 16/04/2002
Ano XXIV – Edição N.º 2777 – Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.
www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

PODER EXECUTIVO

GOVERNO

Portaria de Concessão de Diária nº 252/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAJÁ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Capítulo II, Seção II, art. 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal promulgada em 04 de novembro de 1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 01 (uma) diária, sem pernoite, e 01 (uma) ajuda de custo no valor total de R\$ 310,00 (trezentos e dez reais), para a Senhora Laryssa Batista de Melo, ocupante do cargo de Secretária de Governo, portadora do CPF: xxx.xxx.254-75, para no dia 12 de dezembro de 2025, se deslocar ao Centro Municipal de Referência em Educação – CEMURE, na cidade de Natal/RN.

Art. 2º - A concessão tem por finalidade possibilitar a participação da cerimônia de entrega dos Selos de Qualidade em Transparência Pública, concedidos no âmbito do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) – Edição 2025. A saída está programada às 05hrs do dia 12 de dezembro de 2025, com retorno previsto para as 16hrs do mesmo dia.

Prefeitura Municipal de Itajá, Estado do Rio Grande do Norte.
Gabinete do Prefeito, em 11 de dezembro de 2025.

João Eudes Ferreira Filho
Prefeito Constitucional do Município de Itajá

Portaria de Concessão de Diária nº 253/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAJÁ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Capítulo II, Seção II, art. 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal promulgada em 04 de novembro de 1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 01 (uma) diária, sem pernoite, e 01 (uma) ajuda de custo no valor total de R\$ 310,00 (trezentos e dez reais), para o Senhor Airton Rodrigues dos Santos, ocupante do cargo de Secretário Adjunto de Comunicação, Marketing, Publicidade e Eventos, portador do CPF: xxx.xxx.384-62, para no dia 12 de dezembro de 2025, se deslocar ao Centro Municipal de Referência em Educação – CEMURE, na cidade de Natal/RN.

Art. 2º - A concessão tem por finalidade possibilitar a participação da cerimônia de entrega dos Selos de Qualidade em Transparência Pública, concedidos no âmbito do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) – Edição 2025. A saída está programada às 05hrs do dia 12 de dezembro de 2025, com retorno previsto para as 16hrs do mesmo dia.

Prefeitura Municipal de Itajá, Estado do Rio Grande do Norte.
Gabinete do Prefeito, em 11 de dezembro de 2025.

João Eudes Ferreira Filho
Prefeito Constitucional do Município de Itajá

Portaria de Concessão de Diária nº 254/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAJÁ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Capítulo II, Seção II, art. 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal promulgada em 04 de novembro de 1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 01 (uma) diária sem pernoite e 01 (uma) ajuda de custo no valor total de R\$ 265,00 (duzentos e sessenta e cinco reais), para o Senhor Luiz Fernando Baccarelli, ocupante do cargo de Departamento da Gestão Educacional, portador do CPF: xxx.xxx.124-91, para no dia 12 de dezembro de 2025, se deslocar à cidade de Natal/RN.

Art. 2º - A concessão tem por finalidade participar da Cerimônia Comemorativa pelos 55 Anos da Cooperativa de Produção Artesanal do Crutac. A saída está programada às 05hrs do dia 12 de dezembro de 2025, com retorno previsto para as 16hrs do mesmo dia.

Prefeitura Municipal de Itajá, Estado do Rio Grande do Norte.
Gabinete do Prefeito, em 11 de dezembro de 2025.

João Eudes Ferreira Filho
Prefeito Constitucional do Município de Itajá

Portaria de Concessão de Diária nº 255/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAJÁ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Capítulo II, Seção II, art. 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal promulgada em 04 de novembro de 1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 02 (duas) diárias, com pernoite, 01 (uma) diária, sem pernoite e 01 (uma) ajuda de custo no valor total de R\$ 3.460,00 (três mil, quatrocentos e sessenta reais), para o Senhor João Manoel Pessoa Neto, ocupante do cargo de Vice-Prefeito, portador do CPF: xxx.xxx.584-00, para nos dias 11, 12 e 13 de dezembro de 2025, se deslocar à Fazenda Carnaúba, na cidade de Taperoá/PB.

Art. 2º - A concessão tem por finalidade participar da 4ª Visita Técnica do Protocolo Mil Luzes. A saída está programada às 08hrs do dia 11 de dezembro de 2025, com retorno previsto para as 17hrs do dia 13 de dezembro de 2025.

Prefeitura Municipal de Itajá, Estado do Rio Grande do Norte.
Gabinete do Prefeito, em 11 de dezembro de 2025.

João Eudes Ferreira Filho
Prefeito Constitucional do Município de Itajá

Portaria nº 754/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAJÁ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Capítulo II, Seção II, art. 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal promulgada em 04 de novembro de 1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o Pagamento do Terço de Férias regulamentares ao servidor efetivo, Senhor FRANCISCO CANINDE DA CUNHA LOPES, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, no cargo de Secretário Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, referente ao período aquisitivo de 2024/2025.

Parágrafo Único. O terço de férias será concedido conforme o disposto no art. 103 da Lei nº 440, de 07 de dezembro de 2023.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Itajá, Estado do Rio Grande do Norte.
Gabinete do Prefeito, em 11 de dezembro de 2025.

João Eudes Ferreira Filho
Prefeito Constitucional do Município de Itajá

Portaria nº 755/2025

Designa o gestor de contrato abaixo discriminado e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAJÁ/RN, Sr. João Eudes Ferreira Filho, no uso de suas atribuições constitucionais e,

CONSIDERANDO que cabe à Administração, nos termos do Art. 58, inciso III c/c 67, ambos da Lei Federal 14.133/2021, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração; e

CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade.

RESOLVE

Art. 1º - DESIGNAR o servidor FRANCELVERSON JORGE MOURA DA COSTA, CPF nº xxx.xxx.534-69, nomeado por meio da Portaria nº 068/2025, para exercer a função de Gestor/Fiscal do Contrato, conforme previsto na legislação vigente, para acompanhar a execução do seguinte objeto a ser contratado: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de Consultoria e Assessoria na implementação de Avaliação de Desempenho dos Servidores Públicos Municipais de Itajá/RN, nas áreas especificadas pela Lei nº 440, de 07 de dezembro de 2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Itajá, Estado do Rio Grande do Norte.
Gabinete do Prefeito, em 11 de dezembro de 2025.

João Eudes Ferreira Filho
Prefeito Constitucional do Município de Itajá

LEIS

Lei nº 492, de 11 de dezembro de 2025.

Institui o Plano Plurianual do Município de Itajá/RN – PPA 2026–2029.

O PREFEITO MUNICIPAL DO ITAJÁ/RN, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal N° 067/2002 – 16/04/2002
Ano XXIV – Edição N.º 2777 – Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.
www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 1º – Esta Lei institui o Plano Plurianual-PPA do Município de Itajá para o período de 2026-2029, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 165 da Constituição Federal, e no art. 66, Inciso VI da Lei Orgânica do Município, estabelecendo eixos, programas, indicadores, ações, metas e valores da Administração Pública Direta e Indireta para o quadriênio.

Parágrafo Único. Integra o Plano Plurianual os seguintes anexos:
- Caracterização histórica e financeira do Município (Síntese do PPA);
- Anexo I – Relação dos Programas;
- Anexo II – Resumo total do PPA por Unidade Administrativa;
- Anexo III – Programas e Ações por Unidades Administrativas

Art. 2º – O Plano Plurianual 2026-2029 é o instrumento de planejamento governamental, que organiza a atuação do governo municipal em Eixos e Programas orientados para o alcance dos objetivos estratégicos definidos para o quadriênio.

Art. 3º – Os Programas e Ações deste Plano serão observados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

Art. 4º – As Ações e Metas constantes dos respectivos Anexos das Leis de Diretrizes Orçamentárias - LDO deverão estar em consonância com os resultados esperados no âmbito do Plano Plurianual 2026-2029.

Art. 5º – Os Programas e Ações constantes do PPA 2026-2029 estarão expressos nas leis orçamentárias anuais e naquelas que as modifiquem.

Art. 6º – Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Planejamento governamental: atividade que, a partir de diagnósticos e estudos prospectivos, orienta a definição de prioridades do governo municipal e a tomada de decisão, bem como a formulação e a implementação das políticas públicas;

II - Eixo: macro desafio que aglutina programas que se relacionam, se integram ou se complementam, a considerar os seguintes para este quadriênio:

- a) Eixo I – Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania;
- b) Eixo II – Desenvolvimento Econômico Sustentável e Infraestrutura Criativa;
- c) Eixo III – Gestão e Governo Transparente;

III - Programa: instrumento de organização da ação governamental que articula um conjunto de ações visando concretizar o objetivo nele estabelecido, sendo eles:

PROGRAMAS Cultura e Artes

Desenvolvimento Sustentável da Pesca Artesanal em Itajá
Educação de Qualidade
Eficiência Operacional no Transp. Público
Fortalecimento da Agricultura e Pecuária
Fortalecimento do Sistema Único de Saúde-SUS
Garantia/Defesa e Prom. Dos Direitos da Criança e Adolesc.
Gestão Estratégica e Desenvolvimento Municipal
Gestão Política/Participativa e Prot. Social
Gestão Proativa
Habitar Itajá-Moradia Digna para Todos
Infraestrutura Construtiva
Meio Ambiente
Modernização da Comunicação Pública
Modernização Tributária e Financeira
Planejamento Urbano
Processo Legislativo
Servidor em Foco
Sistema Único de Assistência Social-SUAS
Turismo em Foco
Vivendo o Esporte

IV - Indicador: instrumento que permite aferir o desempenho do Plano Plurianual no âmbito de cada programa, o que gera subsídios para o seu monitoramento e a sua avaliação a partir da observação do comportamento de uma determinada realidade ao longo do período do Plano;

V - Ação: instrumento de programação, com fontes de recursos financeiras definidas para sua execução orçamentária, que contribui para atender ao objetivo de um Programa, podendo ser classificada como:

- a) projeto: quando concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação do governo, mas com delimitação temporal;
- b) atividade: quando se realiza de modo contínuo e permanente.

VI - Metas: instrumentos que expressam a medida de alcance da ação e de seu objetivo, com base em estimativas quantitativas, sem representarem limites obrigatórios para a realização das metas físicas previstas no Plano Plurianual.

VII - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): conjunto de 17 objetivos da Organização das Nações Unidas a serem alcançados de maneira global até 2030, sendo eles:

1. Erradicação da pobreza - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
2. Fome zero e agricultura sustentável - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e promover a agricultura sustentável;
3. Saúde e bem-estar - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
4. Educação de qualidade - Assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
5. Igualdade de gênero - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
6. Água potável e saneamento - Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos;
7. Energia limpa e acessível - Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
8. Trabalho decente e crescimento econômico - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
9. Indústria, inovação e infraestrutura - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
10. Redução das desigualdades - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
11. Cidades e comunidades sustentáveis - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
12. Consumo e produção responsáveis - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
13. Ação contra a mudança global do clima - Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;
14. Vida na água - Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos;
15. Vida terrestre - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres;
16. Paz, justiça e instituições eficazes - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável;
17. Parcerias e meios de implementação - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Art. 7º – São atributos dos Programas:

- I - Eixo: enunciação do eixo de gestão ao qual o Programa está vinculado;
- II - Tipo: finalístico é aquele em que são ofertados bens e serviços diretamente à sociedade, gerando resultados passíveis de aferição por meio de indicadores, e gestão de políticas públicas são aqueles voltados para a oferta de bens e serviços à administração municipal, para a gestão de políticas e para apoio administrativo;
- III - Público-alvo: segmentos da sociedade aos quais o programa se destina, que se beneficiam diretamente com a sua execução;
- IV - Objetivo: expressa um resultado sobre o público-alvo, descrevendo, com concisão e precisão, a sua finalidade;
- V - Justificativa: descrição sucinta do problema, incluindo suas principais causas e o foco de sua incidência, demarcando, claramente, a parcela da sociedade que vivencia o problema.

Art. 8º – São Atributos das Ações:

- I - Órgão: especificação do Órgão ou entidade da Administração Pública Municipal responsável pela execução da Ação;
- II - Tipo: especifica a natureza da Ação, classificando-a como Projeto ou Atividade;
- III - ODS: vinculação da Ação a um ou mais dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
- IV - Programa: vinculação da Ação a um dos Programas apresentados;
- V - Produto: descrição do bem ou serviço resultante da Ação;
- VI - Objetivo: enunciação do objetivo, compatível com as diretrizes e estratégias, a ser alcançado pela Ação;
- VII - Origem: informação sobre os atores envolvidos (financeiro) na construção da Ação, podendo ser uma ou mais dentre as opções: Sociedade, Poder Público ou Emenda Parlamentar.

Art. 9º – Os valores financeiros estabelecidos para as Ações constantes do Plano Plurianual são estimativos, não se constituindo em limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias e seus respectivos créditos adicionais.

Art. 10º – São agendas transversais do PPA 2026-2029:

- I. Mulheres;
- II. Crianças e Adolescentes;
- III. Raça, Cor e Etnias.



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal N° 067/2002 – 16/04/2002
Ano XXIV – Edição N.º 2777 – Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.
www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

Parágrafo Único. No prazo de até 120 (cento e vinte) dias após a publicação desta Lei, o Poder Executivo Municipal divulgará a Agenda Transversal completa, a fim de assegurar sua efetiva implementação e integração aos programas e ações do Plano Plurianual.

CAPÍTULO II DA GESTÃO DO PLANO

Art. 11º – A gestão do Plano Plurianual observará os princípios da publicidade, eficiência, impessoalidade, economicidade, eficácia, equidade e efetividade, compreendendo a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão das ações e de seus atributos.

Art. 12º – O Poder Executivo Municipal manterá sistema de informações gerenciais e de planejamento para apoio à gestão do Plano, com característica de sistema estruturador de governo.

Art. 13º – Caberá ao Poder Executivo estabelecer normas complementares para a gestão do Plano Plurianual 2026-2029.

Art. 14º – A gestão fiscal e orçamentária e a legislação correlata deverão considerar as diretrizes de elevação dos investimentos públicos e de contenção do crescimento das despesas correntes primárias.

Art. 15º – O Poder Executivo adotará as medidas necessárias à plena execução desta Lei, que poderá ser revista ou modificada ao longo de sua vigência, em formato de Revisão Anual, em função de alterações de prioridades e de outros fatores, capazes de interferir na gestão das políticas públicas no âmbito municipal ou no contexto econômico, financeiro, social ou urbano

Art. 16º – A Revisão Anual conterá a exclusão ou a alteração de ações constantes desta Lei ou a inclusão de novas ações, sendo propostas pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei ou específico de alteração da Lei do Plano Plurianual, desde que detectado a real necessidade para realização da referida revisão.

§1.º Os projetos de lei de revisão anual serão encaminhados à Câmara Municipal até 31 de maio de 2026, 2027 e 2028.

§2.º Os projetos de lei de revisão do Plano Plurianual conterão, no mínimo, de acordo com a hipótese:

I - Inclusão, alterações ou exclusões/remanejamentos de Ações:

a) justificativa com breve diagnóstico sobre a atual situação do problema ou demanda da sociedade que se queira atender com o ajuste proposto, bem como dos motivos que ensejam a proposta;

b) indicação dos recursos que financiarão a ação proposta, quando couber;

§3.º Considera-se alteração de Ações:

I - Modificação do código, órgão, tipo, título, programa, produto e objetivo da ação;

II - Alteração das descrições das metas.

§4.º As alterações previstas §3º poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária ou de seus créditos adicionais, desde que mantenha a mesma codificação e não modifique a finalidade ou a sua abrangência geográfica.

CAPÍTULO III DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

Art. 17º – O Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Finanças, deverá manter atualizado o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento, a fim de promover o Monitoramento e Avaliação (M&A) do Plano Plurianual 2026-2029.

Art. 18º – Os Órgãos do Poder Executivo responsáveis pelas ações, nos termos do Anexo I a III desta Lei, deverão anualmente, durante cada exercício financeiro, da forma estabelecida pela Secretaria Municipal de Finanças, as informações referentes à execução física e financeira das ações sob sua responsabilidade.

Art. 19º – O Poder Executivo promoverá, em conjunto com representantes de organizações da sociedade civil e a Câmara Municipal, mecanismos para a participação da sociedade no monitoramento e na avaliação do Plano de que trata esta lei, bem como da apresentação dos resultados em audiência pública a ser realizada.

Art. 20º – A Secretaria Municipal de Finanças garantirá a publicidade e acesso, pela Internet, às informações relativas ao processo de monitoramento e avaliação do Plano Plurianual 2026-2029.

Art. 21º – O Poder Executivo elaborará anualmente, após a conclusão de cada exercício do quadriênio, o Relatório Anual de Monitoramento e Avaliação (RAM&A) com os resultados alcançados pelo Plano Plurianual 2026-2029, devendo ser apresentado até o dia 30 de abril de 2027, 2028, 2029 e 2030, relatório do exercício anterior, contendo a análise do cumprimento das metas e consecução dos objetivos previstos no Plano Plurianual, e disponibilizará no site da Prefeitura e nos outros canais de comunicação.

Parágrafo Único. O primeiro Relatório deverá ser apresentado por ocasião da abertura da sessão legislativa de 2027.

I - Caberá à Secretaria Municipal de Finanças a definição das diretrizes para elaborar o RAM&A do PPA do Município de Itajá, bem como coordenar e articular os trabalhos junto a todos os Órgãos e Secretarias da Administração Direta e Indireta.

II - O Relatório Anual de Monitoramento e Avaliação (RAM&A) do Plano Plurianual conterá a situação prevista e atual, por programa finalístico, das ações, das metas físicas e financeiras e dos indicadores, e o respectivo detalhamento do anexos I a III.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22º – O Poder Executivo divulgará, permanentemente, em seu Portal da Transparência e, uma vez, a cada ano, publicará, no Diário Oficial do Município, durante todo o quadriênio de vigência desta Lei, as alterações ocorridas neste Plano Plurianual.

Art. 23º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, tendo os seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2029, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Itajá, Estado do Rio Grande do Norte.
Gabinete do Prefeito, em 11 de dezembro de 2025.

João Eudes Ferreira Filho
Prefeito Constitucional do Município de Itajá

PLANO PLURIANUAL

2026-2029

Anexo I

Relação dos Programas

PROGRAMA	2026	2027	2028	2029	TOTAL
Cultura e Artes	R\$ 559.500,00	R\$ 601.000,00	R\$ 658.000,00	R\$ 1.050.000,00	R\$ 2.868.500,00
Desenvolvimento o Sustentável da Pesca					
Artesanalç em Itajá	R\$ 180.000,00	R\$ 185.000,00	R\$ 190.000,00	R\$ 195.000,00	R\$ 750.000,00
Educação de Qualidade	R\$ 13.734.000,00	R\$ 16.829.350,00	R\$ 17.094.468,00	R\$ 21.664.800,00	R\$ 69.322.618,00
Eficiência Operacional no Transp. Público	R\$ 300.000,00	R\$ 180.000,00	R\$ -	R\$ 180.000,00	R\$ 660.000,00
Fortalecimento da Agricultura e Pecuária	R\$ 674.000,00	R\$ 396.100,00	R\$ 244.200,00	R\$ 581.300,00	R\$ 1.895.600,00
Fortalecimento do Sistema Único de Saúde-SUS	R\$ 10.554.000,00	R\$ 13.824.000,00	R\$ 15.124.000,00	R\$ 15.613.098,00	R\$ 55.115.098,00
Garantia/Defesa e Prom. Dos Direitos da Criança e Adolesc. Gestão Estratégica e Desenvolvimento o Municipal	R\$ 896.000,00	R\$ 530.000,00	R\$ 625.000,00	R\$ 675.000,00	R\$ 2.726.000,00
Gestão Política/Participativa e Prot. Social	R\$ 1.035.000,00	R\$ 665.000,00	R\$ 660.000,00	R\$ 795.000,00	R\$ 3.155.000,00
Gestão Proativa	R\$ 11.185.000,00	R\$ 12.371.850,00	R\$ 14.391.804,00	R\$ 16.500.480,00	R\$ 54.449.134,90
Habitat Itajá-Moradia Digna para Todos	R\$ 1.340.000,00	R\$ 1.610.000,00	R\$ 1.885.000,00	R\$ 5.505.000,00	R\$ 10.340.000,00
Infraestrutura Construtiva	R\$ 7.881.000,00	R\$ 5.035.000,00	R\$ 7.725.000,00	R\$ 5.425.000,00	R\$ 26.066.000,00



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal N° 067/2002 – 16/04/2002
Ano XXIV – Edição N.º 2777 – Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.
www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

Meio Ambiente	R\$ 3.805.000,00	R\$ 3.508.300,00	R\$ 3.047.030,00	R\$ 2.614.593,00	R\$ 12.974.923,00
Modernização da					
Comunicação Pública	R\$ 960.000,00	R\$ 976.000,00	R\$ 1.161.000,00	R\$ 1.500.000,00	R\$ 4.597.000,00
Modernização Tributária e Financeira	R\$ 275.000,00	R\$ 37.000,00	R\$ 48.000,00	R\$ 270.000,00	R\$ 630.000,00
Planejamento Urbano	R\$ 327.500,00	R\$ 220.000,00	R\$ 1.430.000,00	R\$ 126.000,00	R\$ 2.103.500,00
Processo Legislativo	R\$ 2.012.000,00	R\$ 2.080.000,00	R\$ 2.250.000,00	R\$ 2.450.000,00	R\$ 8.792.000,00
Servidor em Foco	R\$ 198.000,00	R\$ 204.200,00	R\$ 270.500,00	R\$ 282.300,00	R\$ 955.000,00
Sistema Único de Assistência Social-SUAS	R\$ 2.555.000,00	R\$ 2.820.000,00	R\$ 3.220.000,00	R\$ 3.375.000,00	R\$ 11.970.000,00
Turismo em Foco	R\$ 679.000,00	R\$ 2.800.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.479.000,00
Vivendo o Esporte	R\$ 900.000,00	R\$ 900.000,00	R\$ 1.250.000,00	R\$ 950.000,00	R\$ 4.000.000,00
TOTAL	R\$ 58.493.026,00	R\$ 62.099.827,00	R\$ 70.056.030,00	R\$ 78.854.600,95	R\$ 269.495.373,95

PLANO PLURIANUAL

2026-2029

Anexo II

PPA (VALOR ANUAL E TOTAL) POR UNID. ADMINISTRATIVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJÁ					
PPA - VIGÊNCIA 2026/2029					
UNIDADE ADMINISTRATIVA	2026	2027	2028	2029	TOTAL
Câmara Municipal	R\$ 2.012.000,00	R\$ 2.080.000,00	R\$ 2.250.000,00	R\$ 2.450.000,00	R\$ 8.792.000,00
Sec. Municipal de Governo	R\$ 1.850.000,00	R\$ 2.370.000,00	R\$ 2.560.000,00	R\$ 2.370.000,00	R\$ 9.150.000,00
Sec. Municipal da Administ. e dos Recursos Humanos	R\$ 2.150.000,00	R\$ 2.600.000,00	R\$ 3.110.000,00	R\$ 3.210.000,00	R\$ 11.070.000,00
Sec. Municipal de Finanças	R\$ 1.651.000,00	R\$ 1.891.350,00	R\$ 1.938.417,00	R\$ 2.785.480,95	R\$ 8.266.247,95
Sec. Municipal de Agricultura	R\$ 874.000,00	R\$ 614.100,00	R\$ 479.200,00	R\$ 831.300,00	R\$ 2.798.600,00
Sec. Municipal de Pesca	R\$ 260.000,00	R\$ 283.000,00	R\$ 305.000,00	R\$ 325.000,00	R\$ 1.173.000,00
Sec. Municipal de Cultura	R\$ 809.500,00	R\$ 921.000,00	R\$ 1.108.000,00	R\$ 1.800.000,00	R\$ 4.638.500,00
Sec. Municipal de Comunicação, Marketing, Publicidade e Eventos	R\$ 960.000,00	R\$ 976.000,00	R\$ 1.161.000,00	R\$ 1.500.000,00	R\$ 4.597.000,00
Sec. Municipal de Esporte e Lazer	R\$ 1.100.000,00	R\$ 1.150.000,00	R\$ 1.550.000,00	R\$ 1.300.000,00	R\$ 5.100.000,00
Sec. Municipal de Educação	R\$ 13.604.000,00	R\$ 16.749.350,00	R\$ 17.044.468,00	R\$ 21.634.800,00	R\$ 69.032.618,00
Fundo Municipal de Saúde / Sec. Municipal de	R\$ 11.104.000,00	R\$ 14.454.000,00	R\$ 15.804.000,00	R\$ 13.814.000,00	R\$ 55.176.000,00

Saúde e Vig. Sanitária					
Sec. Municipal de Transportes	R\$ 750.000,00	R\$ 670.500,00	R\$ 534.645,00	R\$ 1.050.000,00	R\$ 3.005.145,00
Sec. Municipal de Turismo	R\$ 879.000,00	R\$ 3.018.000,00	R\$ 235.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 4.382.000,00
Sec. Municipal de Obras e Serv. Urbanos	R\$ 9.781.000,00	R\$ 6.435.000,00	R\$ 9.975.000,00	R\$ 7.975.000,00	R\$ 34.166.000,00
Sec. Municipal De Planejamento	R\$ 146.000,00	R\$ 155.400,00	R\$ 165.000,00	R\$ 392.300,00	R\$ 858.700,00
Sec. Municipal de Tributação	R\$ 691.000,00	R\$ 491.000,00	R\$ 543.240,00	R\$ 0	R\$ 2.825.240,00
Fundo Municipal da Prom. Habit. E Assistência Social	R\$ 2.555.000,00	R\$ 2.820.000,00	R\$ 3.220.000,00	R\$ 3.375.000,00	R\$ 11.970.000,00
Sec. Municipal da Prom. Habitação e Assist. Social	R\$ 1.035.000,00	R\$ 665.000,00	R\$ 660.000,00	R\$ 795.000,00	R\$ 3.155.000,00
Fundo Municipal da Habit. De Interesse Social	R\$ 1.340.000,00	R\$ 1.610.000,00	R\$ 1.885.000,00	R\$ 5.505.000,00	R\$ 10.340.000,00
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	R\$ 896.000,00	R\$ 530.000,00	R\$ 625.000,00	R\$ 675.000,00	R\$ 2.726.000,00
Sec. Municipal de meio Ambiente e Planejamento Urbano	R\$ 4.412.500,00	R\$ 4.033.300,00	R\$ 4.777.030,00	R\$ 3.050.593,00	R\$ 16.273.423,00
TOTAL	R\$ 58.860.000,00	R\$ 64.517.000,00	R\$ 69.930.000,00	R\$ 76.188.473,95	R\$ 269.495.473,95

PLANO PLURIANUAL

2026-2029

Anexo III

PROGRAMAS E AÇÕES POR UNID. ADMINISTRATIVA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE					
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAJÁ					
PLANO PLURIANUAL 2026 - 2029					
UNIDADE ADMINISTRATIVA	CÂMARA DE VEREADORES				
PROGRAMA/PROCESSO LEGISLATIVO					
Objetivo	Desenvolver as atividades administrativas do Poder Legislativo, incluídas as rotinas burocráticas da Secretaria Administrativa, Gabinete da Câmara de Vereadores e População em geral.				
Público Alvo	Servidores do Poder Legislativo, Vereadores e População em geral.				
Justificativa	A Câmara de Vereadores como órgão de Controle Externo tem a função de fiscalizar as ações do Executivo e para tanto necessita realizar atividades de rotinas administrativas nessa missão, além de na atuação dos parlamentares, prestar contas à população.				
AÇÃO - TÍTULO/AMPLIAÇÃO/REFORMA DO PRECÍPIO DA CÂMARA DE VEREADORES	Código:				
Tipos	[X] Projeto [] Atividade [] Outros				
Forma de Implementação da ação:	[X] Direta [] Descentralizada [] Paralela				
Produto (bem ou serviço)	Serviço	2026	2027	2028	2029
Referência Cálculo	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$
Unidade de Medida	Unidade	Unidade	Unidade	Unidade	Unidade
Fonte Recursos					
1. Gov. Federal	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2. Gov. Estadual	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3. Gov. Municipal	R\$ 90.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DA META FÍSICA	1	0	0	0	1
TOTAL FINANCEIRO R\$	R\$ 90.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 90.000,00
Natureza da despesa	D. Corrente	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	D. Capital	R\$ 90.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 90.000,00



AÇÃO - TÍTULO		IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O SELO UNICEF MUNICÍPIO APROVADO										Código: 122							
Justificativa		Ocupar os espaços previstos pelo Selo UNICEF, visando a melhoria dos indicadores sociais, relacionados à infância e a adolescência, em foco em saúde, educação, assistência social e participação cidadã de crianças e adolescentes.																	
Tipo:		<input type="checkbox"/> Projeto <input checked="" type="checkbox"/> Atividade										<input type="checkbox"/> Outros							
Forma de Implementação da ação		<input type="checkbox"/> Eletiva <input checked="" type="checkbox"/> Descentralizado <input type="checkbox"/> Parceria																	
Produto:		<input type="checkbox"/> Bem <input checked="" type="checkbox"/> Serviço										Unidade de Medida							
												Minimizes e atividades realizadas							
ANO		2028		2027		2026		2025		2024		2023		TOTAL					
Meta Física		Funcionamento da NUCSA										17 reuniões trimestrais e 7 eventos de capacitação		17 reuniões trimestrais e 7 eventos de capacitação		17 reuniões trimestrais e 7 eventos de capacitação		48 eventos e 08 capacitação	
Valor do item R\$		25.000,00		R\$		25.000,00		R\$		42.000,00		R\$		40.000,00		R\$ 126.000,00			
Desa. Control R\$		25.000,00		R\$		25.000,00		R\$		42.000,00		R\$		40.000,00		R\$ 126.000,00			

AÇÃO / TÍTULO	Construção e ou reforma/ampliação de Equipamentos Públicos para a Infância e Adolescência	Código: 245
Justificativa	Garantir a construção, reforma e ampliação da infraestrutura física dos equipamentos públicos destinados ao atendimento, proteção e desenvolvimento infantil de crianças e adolescentes, promovendo ambientes seguros, acessíveis e acolhedores.	
Tipos	<input checked="" type="checkbox"/> Projeto <input type="checkbox"/> Atividade <input type="checkbox"/> Outras	
Formas de Implementação de ações	<input type="checkbox"/> Direta <input checked="" type="checkbox"/> Descentralizada <input type="checkbox"/> Paralela	

RESUMO FINANCEIRO DO PPA											
EXERCÍCIO DE APLICAÇÃO		2026		2027		2028		2029		TOTAL	
TOTAL R\$		R\$	896.000,00	R\$	530.000,00	R\$	625.000,00	R\$	675.000,00	R\$	2.725.000,00
Depo. Correntes											



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal N° 067/2002 – 16/04/2002

Ano XXIV – Edição N.º 2777 – Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.

www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE									
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAJÁ									
PLANO PLURIANUAL 2026 - 2029									
UNIDADE ADMINISTRATIVA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAIS									
PROGRAMA: SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)									
Objetivo	Garantir a gestão eficiente, transparente e organizada dos recursos financeiros, materiais e humanos do Fundo Municipal de Assistência Social, assegurando a execução dos serviços, a qualidade e a eficiência dos serviços prestados, bem como a participação da comunidade na gestão do SUAS.								
	Público Alvo								
Justificativa	A manutenção desta estrutura administrativa é fundamental para assegurar o planejamento, execução e monitoramento das políticas socioassistenciais, garantindo a oferta de serviços públicos de qualidade à população em situação de vulnerabilidade social. Assim, a ação contribui diretamente para a atração dos recursos sociais previstos no SUAS, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento humano no município.								
	Público Alvo								
AÇÃO - TÍTULO: GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Cód: 122									
Justificativa: Garantir condições administrativas, técnicas e operacionais para execução eficiente e transparente do SUAS no município.									
Forma de implementação da ação									
Produto									
Meta Física									
Valor da Meta									
Natureza da despesa									
Desp. Corrente									
Desp. Capital									
AÇÃO - TÍTULO: GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Cód: 122									
Justificativa: Garantir condições administrativas, técnicas e operacionais para execução eficiente e transparente do SUAS no município.									
Forma de implementação da ação									
Produto									
Meta Física									
Valor da Meta									
Natureza da despesa									
Desp. Corrente									
Desp. Capital									
AÇÃO - TÍTULO: GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO - Cód: 122									
Justificativa: Apoiar ações de assistência social e integração de políticas públicas.									
Forma de implementação da ação									
Produto									
Meta Física									
Valor da Meta									
Natureza da despesa									
Desp. Corrente									
Desp. Capital									
AÇÃO - TÍTULO: GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO - Cód: 122									
Justificativa: Apoiar ações de assistência social e integração de políticas públicas.									
Forma de implementação da ação									
Produto									
Meta Física									
Valor da Meta									
Natureza da despesa									
Desp. Corrente									
Desp. Capital									
AÇÃO - TÍTULO: FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL POR MEIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Cód: 122									
Justificativa: Promover a participação popular na gestão pública, fortalecendo a transparência e a accountability.									
Forma de implementação da ação									
Produto									
Meta Física									
Valor da Meta									
Natureza da despesa									
Desp. Corrente									
Desp. Capital									
AÇÃO - TÍTULO: PROMOVER INSCRIÇÃO NO SUAS - CRIANÇA FELIZ - Cód: 245									
Justificativa: Promover a inclusão social e o acesso a serviços públicos.									
Forma de implementação da ação									
Produto									
Meta Física									
Valor da Meta									
Natureza da despesa									
Desp. Corrente									
Desp. Capital									
AÇÃO - TÍTULO: GESTÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO - Cód: 245									
Justificativa: Garantir a qualidade dos serviços e a eficiência dos recursos.									
Forma de implementação da ação									
Produto									
Meta Física									
Valor da Meta									
Natureza da despesa									
Desp. Corrente									
Desp. Capital									
AÇÃO - TÍTULO: MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO SUAS - Cód: 245									
Justificativa: Garantir a qualidade dos serviços e a eficiência dos recursos.									
Forma de implementação da ação									
Produto									
Meta Física									
Valor da Meta									
Natureza da despesa									
Desp. Corrente									
Desp. Capital									



Produto	(Bem)		(X) Serviço		Unidade de Medida		Veículo Adquirido		TOTAL
	2026		2027		2028		2029		
Maria Rica									
Valor da Meta	R\$	20.000,00	R\$	25.000,00	R\$	30.000,00	R\$	35.000,00	R\$ 110.000,00
Natureza da despesa	Desp. Corrente	R\$ 20.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 110.000,00			
	Desp. Capital								
AÇÃO - TÍTULO: APOIO AO PROGRAMA GARANTIA SAFRA									
Justificativa:								Código:	
Benefício econômico mínimo para a segurança alimentar dos agricultores familiares sujeitos a perda econômica de safra por estiagem no ano/ano.									
Tipo: () X Projeto () X Atividade () Descentralizada () Paralelo () Outros									
Forma de Implementação da Ação:									
Produto	(Bem)		(X) Serviço		Unidade de Medida		Veículo Constr.		TOTAL
Maria Rica					2027		2028		
Valor da Meta					1.000,00	R\$	1.500,00	R\$	1.500,00 R\$ 4.600,00
Natureza da despesa	Desp. Corrente	R\$ 1.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 4.600,00			
	Desp. Capital								
AÇÃO - TÍTULO: CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATADOURO PÚBLICO									
Justificativa:								Código:	
A construção e instalação de um abatedouro público é uma medida estratégica para o fortalecimento da cadeia produtiva da carne no município, especialmente em relação à agricultura familiar, produção de pequenos e médios porcos, e comercialização de produtos de origem animal dentro dos padrões sanitários exigidos por lei.									
Tipo: (X) X Projeto () X Atividade () Descentralizada () Paralelo () Outros									
Forma de Implementação da Ação:									
Produto	(Bem)		(X) Serviço		Unidade de Medida		REDE PRÓPRIA		TOTAL
Maria Rica					2027		2028		
Valor da Meta	R\$	-	R\$ 200.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 250.000,00
Natureza da despesa	Desp. Corrente								
	Desp. Capital	R\$ -							



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal Nº 067/2002 – 16/04/2002

Ano XXIV – Edição N.º 2777 – Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.

www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

Justificativa: A manutenção contínua de um matadouro público é essencial para garantir o funcionamento adequado das instalações, a segurança sanitária no abastecimento de carne e a conformidade com normas ambientais e de inspeção. Manutenções preventivas e corretivas evitam paralisações, asseguram a qualidade dos equipamentos e reduzem riscos de contaminação, acidentes e sanções legais.	
Forma de implementação da ação:	Justificativa:
Tipo: () Projeto (X) Serviço () Descentralizado () Parceria () Outros	
Produto: () Bem (X) Serviço Unidade de Medida: TOTAL	
Meta Física:	
Valor da Meta: 2026 2027 2028 2029 TOTAL	
RS 0 45.000,00 RS 55.000,00 RS 65.000,00 RS 165.000,00	
Natureza da despesa: Desp. Corrente: Desp. Capital:	

Desp. Corrente: RS - RS - RS - RS -	Desp. Capital: RS 150.000,00 RS 150.000,00 RS 150.000,00 RS 450.000,00
--	---

ACÃO - TÍTULO: AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA INDUSTRIALIZAÇÃO ARTESANAL Código:	
Justificativa: A aquisição de insumos é uma atividade essencial para a produção artesanal, visando garantir a qualidade, a produtividade e a sustentabilidade das atividades produtivas.	
Forma de implementação da ação:	Justificativa:
Tipo: () Projeto (X) Serviço () Descentralizado () Parceria () Outros	
Produto: () Bem (X) Serviço Unidade de Medida: Vezes Adquirido	
Meta Física:	
Valor da Meta: 2026 2027 2028 2029 TOTAL	
RS 50.000,00 RS 60.000,00 RS 70.000,00 RS 180.000,00	
Natureza da despesa: Desp. Corrente: Desp. Capital:	

Desp. Corrente: RS 50.000,00 RS 60.000,00 RS 70.000,00 RS 180.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
---	---

ACÃO - TÍTULO: CAMPANHA DE VACINAÇÃO DE ANIMAIS Código:	
Justificativa: A vacinação de animais, especialmente bovinos, caprinos, ovinos e suínos, é uma medida essencial para o controle e erradicação de doenças que afetam diretamente a saúde dos produtores e a produção de alimentos. Além disso, a vacinação contribui para a segurança alimentar e a sustentabilidade da produção animal.	
Forma de implementação da ação:	Justificativa:
Tipo: () Projeto (X) Serviço () Descentralizado () Parceria () Outros	
Produto: () Bem (X) Serviço Unidade de Medida: Vezes Adquirido	
Meta Física:	
Valor da Meta: 2026 2027 2028 2029 TOTAL	
RS 15.000,00 RS 15.000,00 RS 15.000,00 RS 45.000,00	
Natureza da despesa: Desp. Corrente: Desp. Capital:	

Desp. Corrente: RS 15.000,00 RS 15.000,00 RS 15.000,00 RS 45.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

PROGRAMA: GESTÃO PROATIVA Código:	
Objetivo: Garantir a qualidade dos serviços administrativos com eficiência, eficácia e efetividade.	
Público Alvo: População em geral.	
Justificativa: A gestão administrativa da Secretaria, visando proporcionar de forma organizada os processos de execução das ações, produzindo resultados para a gestão pública.	
ACÃO - TÍTULO: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE AGRICULTURA Código:	

Desp. Corrente: RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 720.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 720.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 720.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 720.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 720.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 720.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 720.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 720.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 720.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 720.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 720.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 720.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 720.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 720.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 720.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 720.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 720.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 720.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 720.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 720.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 720.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 720.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 720.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 720.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 720.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 720.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 720.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 720.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 720.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 720.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 720.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 240.000,00 RS 720.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAJÁ PLANO PLURIANUAL 2026 - 2029

UNIDADE ADMINISTRATIVA: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	Código:
--	----------------

PROGRAMA: CULTURA E ARTES	Código:
----------------------------------	----------------

Objetivo: Promover a cultura e as artes, incentivando a produção e a difusão de obras artísticas, visando o desenvolvimento cultural e econômico da comunidade.	Código:
--	----------------

Público Alvo: População em geral.	Código:
--	----------------

Justificativa: A cultura e as artes são fundamentais para o desenvolvimento humano e social, promovendo a criatividade, a expressão e a identidade cultural da comunidade.	Código:
---	----------------

ACÃO - TÍTULO: REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS Código:	Justificativa:
Justificativa:	

Forma de implementação da ação:	Justificativa:
Tipo: () Projeto (X) Serviço () Descentralizado () Parceria () Outros	
Produto: () Bem (X) Serviço Unidade de Medida: TOTAL	
Meta Física:	
Valor da Meta: 2026 2027 2028 2029 TOTAL	
RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	
Natureza da despesa: Desp. Corrente: Desp. Capital:	

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS 30.000,00	Desp. Capital: RS - RS - RS - RS -
--	---

Desp. Corrente: RS 10.000,00 RS 10.000,00 RS



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal Nº 067/2002 – 16/04/2002

Ano XXIV – Edição N.º 2777 – Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.

www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

Natureza da despesa	Despesa Corrente	X		X		X		X	
	Despesa Capital								
PROCESSO: GESTÃO PROATIVA									
Gestão a qualidade dos serviços públicos e eficiência no uso dos recursos									
Objetivo: Melhorar a qualidade dos serviços públicos e a eficiência no uso dos recursos									
Justificativa: A gestão pública eficiente é essencial para o desenvolvimento da cidade, que proporcione a população que busca pelo serviço público, que tem acesso rápido, eficaz, eficiente e econômico									
ACÃO - TÍTULO: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUNICIPAL DE CULTURA									
Justificativa: A manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Cultura é essencial para a preservação do patrimônio cultural e a promoção da cultura local.									
Forma de implementação da ação: () Bem () Serviço () Despesa em Espécie () Outros									
Produto: () Bem () Serviço () Despesa em Espécie () Outros									
Meta Física: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL									
Valor da Meta: 2024 2025 2026 2027 2028 2									



RESUMO FINANCEIRO DO PPA					
EXERCÍCIO DE APLICAÇÃO	2006	2007	2008	2009	TOTAL
TOTAL	1.200.000,00	1.150.000,00	1.950.000,00	1.300.000,00	5.600.000,00
DESP. CORRENTE					
DESP. CAPITAL					

Ação Municipal							R\$ 62.000,00 (*)	R\$ 87.902,50	R\$ 991.000,00	R\$ 560.000,00		
TOTAL DA META PRECISA		1					2	3	4	5	6	7
TOTAL FINANCIADO R\$ -												
		R\$	-	430.000,00			R\$	-	437.800,00	R\$	560.000,00	R\$ 1.000.000,00
Despesa Corrente		R\$	-	430.000,00			R\$	-	437.800,00	R\$	560.000,00	R\$ 1.000.000,00
Natureza da despesa	Demonstrativo Elemento, Categoria	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$ -
AÇÃO- TÍTULO PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS / RPV Código:												
Justificativa Programa de pagamento de precatórios / RPV												
Forma de implementação da ação		Type	() Projeto	() Atividade	() Transaccional	() Outros	Favorece					
Produto (sem ou serviço)		Serviço	2.038	2.037	2.039	2.039						
Referência Cálculo	Vlt	Métrica Física	Métrica Física	Métrica Física	Métrica Física	Métrica Física						
Unidade de Medida	vlt	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$						
Total												
1. Item Federal				R\$ 0,00		R\$ 0,00						
2. Item Estadual				R\$ 0,00		R\$ 0,00						
3. Item Municipal				R\$ 430.000,00		R\$ 437.800,00						
TOTAL DA META PRECISA		1		2	3	4	5	6	7	8	9	10
TOTAL FINANCIADO R\$ -												
		R\$	-	430.000,00			R\$	-	437.800,00	R\$	560.000,00	R\$ 1.000.000,00
Despesa Corrente		R\$	-	430.000,00			R\$	-	437.800,00	R\$	560.000,00	R\$ 1.000.000,00
Natureza da despesa	Demonstrativo Elemento, Categoria	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$ -
AÇÃO- TÍTULO AMORTIZAÇÃO DAS DEMONSTRATIVAS A LONGO PRAZO Código:												
Justificativa Amortizar a dívida pública fundada.												
Forma de implementação da ação		Type	() Projeto	() Atividade	() Transaccional	() Outros	Favorece					
Produto (sem ou serviço)		Serviço	2.038	2.037	2.039	2.039						
Referência Cálculo	Vlt	Métrica Física	Métrica Física	Métrica Física	Métrica Física	Métrica Física						
Unidade de Medida	vlt	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$						
Total												
1. Item Federal				R\$ 0,00		R\$ 0,00						
2. Item Estadual				R\$ 0,00		R\$ 0,00						
3. Item Municipal				R\$ 150.000,00		R\$ 150.000,00						
TOTAL DA META PRECISA		1		2	3	4	5	6	7	8	9	10
TOTAL FINANCIADO R\$ -												
		R\$	-	150.000,00			R\$	-	150.000,00	R\$	150.000,00	R\$ 300.000,00



RESUMO FINANCEIRO DO PPA						
EXERCÍCIO DE APLICAÇÃO	2026	2027	2028	2029	TOTAL	
TOTAL	1.830.000,00	2.370.000,00		2.560.000,00	2.370.000,00	9.130.000,00
DESP. CORRENTE	-	-	-	-	-	-
DESP. CAPITAL	-	-	-	-	-	-

MCQ - TITLUL	Construcția a informații de caracter profesional	Coloana
--------------	--	---------



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal Nº 067/2002 – 16/04/2002

Ano XXIV – Edição N.º 2777 – Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.

www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

AÇÃO-TÍTULO		Manutenção e reformas de praças/parqueamento		Código	
Justificativa:		A construção e reforma de praças visam criar espaços públicos agradáveis e seguros para a comunidade, promovendo a qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos, sua contribuição para a valorização do patrimônio urbano e o fomento ao lazer e à recreação. Além disso, fortalece os laços comunitários e melhora a estética urbana.			
Forma de implementação de ação:		Unidade de Medida: Veículo Adquirido		TOTAL	
Produto:		2026		2027	
Meta Física		2026		2027	
Valor de Meta		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2027	
Natureza da despesa		2026		2027	
Desp. Corrente		2026		2027	
Desp. Capital		2026		2	

DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal N° 067/2002 – 16/04/2002

Ano XXIV – Edição N.º 2777 – Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.

www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

[illegible][illegible][illegible]

Page 10 of 10

[illegible]

Número da despesa	Dep. Capital	R\$	300.000,00	R\$	800.000,00	R\$	250.000,00	R\$	250.000,00	R\$	1.300.000,00
RESUMO FINANCEIRO DO PPA											
10000000		2006		2007		2008		2009			TOTAL
TOTAL		9.761.000,00		6.433.000,00		9.979.000,00		7.979.000,00			34.152.000,00
DEP. CORRETE		9.761.000,00		5.945.000,00		9.720.000,00		7.415.000,00			32.841.000,00
		896.000,00		2.000.000,00		700.000,00		1.415.000,00			4.011.000,00

[illegible]

AÇÃO - TÍTULO: IMPLANTAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA E CARNECULTEIRA										Código:	
Justificação: Promover a difusão e a aplicação de pesquisas											
Espec. (X) Prática		() Teórica		() Atividade		() Outras					
Forma de Implantação da Ação:		() Direta		() Descentralizada		() Paroana					
Produto:		() Item		(X) Serviço		Unidade de Medida:					
Meta Final:		2027		2028		2029		2030		TOTAL	
Valor de Meta:		R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00
Despesa Corrente:		R\$ 1.000.000,00									
Despesa Capital:		R\$ 0,00									
Natureza da despesa:		R\$ 0,00									

PROGRAMA	GESTÃO PROATIVA
Objetivo	Garantir a qualidade dos serviços públicos administrativos com eficiência, efetividade e eficiência
Público Alvo	População em geral
	A gestão administrativa da Secretaria, objetiva proporcionar de forma organizada os processos de execução das ações, produzindo resultados para a gestão pública.

AÇÃO - TÍTULO: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE PESCA										Código:	
Justificativa: Realizar as atividades administrativas de gestão da Sec. Municipal de Pesca											
Tipo:		() Projeto		() Atividade		() Serviço		() Dematerializado		() Parceria	
Forma de implementação da ação:											
Produto:		() Bem		() Serviço		Unidade de Medida:				TOTAL	
						2018		2019			
Meta física:											
Indicador físico:		R\$		R\$		R\$		R\$		R\$	
		500.000,00		450.000,00		1.718.000,00		1.718.000,00		500.000,00	
		R\$		R\$		R\$		R\$		R\$	

	Exercício de 2020	Exercício de 2021	Exercício de 2022	Exercício de 2023	Exercício de 2024
Natureza da despesa					
Desp. Corrente	RS	RS	RS	RS	RS
Desp. Capital					

RESUMO FINANCEIRO DO PPA					
EXERCÍCIO DE APLICAÇÃO	2020	2021	2022	2023	TOTAL
TOTAL	240.000,00	240.000,00	315.000,00	325.000,00	1.120.000,00
DESP. CORRENTE					
DESP. CAPITAL					

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAJÁ
 PLANO PLURIANUAL 2026 - 2029

UNIDADE ADMINISTRATIVA:	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
PROGRAMA:	GESTÃO PROATIVA
Objetivo	Planejar, coordenar e acompanhar ações estratégicas para o desenvolvimento territorial, econômico, social e de inovação do município, promovendo gestão prioritária, eficiente e orientada à captação de recursos e a melhoria contínua da administração pública.
Público Alvo	Gestores, serviços públicos, conselhos municipais, instituições parceiras e a população em geral beneficiada pelas políticas e ações de planejamento e gestão municipal.

Técnicos	<p>A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão é fundamental para garantir a organização, eficiência e transparência na administração pública municipal. Sua atuação integrada e estratégica permite a desdobramento sustentável da estratégia, a promoção do crescimento econômico e social, além de fomentar a inovação.</p> <p>A coordenação do planejamento e a descentralização das ações asseguram a participação decisória e a melhor alocação dos recursos públicos, potencializando os resultados das políticas públicas e fortalecendo a governança local. Dessa forma, a Secretaria contribui diretamente para o cumprimento das metas e prioridades do município, alinhando as estratégias administrativas ao desenvolvimento integrado e contínuo da cidade.</p>
	<p>AÇÃO - TÍTULO MANUT. DAS ATIV. DA SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO</p>
	<p>Código</p>

Justificativa:	A manutenção das atividades da Secretaria é essencial para assegurar o funcionamento contínuo e eficiente dos processos de planejamento, orçamento e gestão municipal. Por meio dessa ação, garante-se a coordenação estratégica das políticas públicas, a gestão adequada dos recursos financeiros e a implementação de práticas inovadoras que promovam o desenvolvimento sustentável do município. Essa continuidade operacional é fundamental para alinhar às metas estabelecidas no PPA, proporcionando suporte técnico e administrativo necessário para a tomada de decisões e a execução das ações governamentais.				
Tipo:	<input checked="" type="checkbox"/> Projeto	<input checked="" type="checkbox"/> Atividade	<input type="checkbox"/> Outras		
Forma de implementação de ação:	<input checked="" type="checkbox"/> Direta	<input type="checkbox"/> Decentralizada	<input type="checkbox"/> Parceria		

	Produto:) Bem	x	Serviço	Unidade de Medida:		TOTAL
	2026	2027				2028	2029	
Maria Física			1				1	
Valor da Meta	R\$ 110.000,00	R\$ 112.200,00	R\$ 114.500,00	R\$ 320.000,00	R\$ 458.700,00			
Natureza da despesa								
Desp. Corrente	R\$ 88.000,00	R\$ 89.760,00	R\$ 91.600,00	R\$ 256.000,00	R\$ 325.360,00			
Desp. Capital	R\$ 22.000,00	R\$ 22.440,00	R\$ 22.900,00	R\$ 64.000,00	R\$ 133.340,00			

PROGRAMA	SERVIDOR EM FOCO
Objetivo	Aplicar a capacitação, valorização e bem-estar dos servidores públicos municipais, promovendo o desenvolvimento profissional, a eficiência no atendimento à população e o fortalecimento do gestão público.
Público-Alvo	Servidores públicos municipais de todos os níveis e áreas de atuação, incluindo educandos, colaboradores e terceiros.
Justificativa	O Programa Servidor em Foco é fundamental para valorizar e capacitar os servidores públicos municipais, garantindo que estejam preparados para atender às demandas da população com qualidade e eficiência, melhorar o desempenho profissional e o bem-estar dos servidores, contribuir para a melhoria dos serviços públicos, fortalecer a gestão pública e promover um ambiente de trabalho mais produtivo. Isso resulta em benefícios para a organização e contribui para a confiança da população política e a cidade dos desafios da administração municipal.

AÇÃO - TÍTULO	PROGRAMA DE REGUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES	Código
Justificativa	O Programa de Regularização e Aperfeiçoamento de Servidores é essencial para promover o alinhamento condizante das competências técnicas complementares do quadro funcional da administração pública municipal. Ao investir na capacitação contínua, a administração assegura maior eficiência, qualidade e inovação nos serviços prestados à população. Além disso, o programa conta com uma base sólida em recursos humanos, o que fortalece o relacionamento com os parceiros, contribuindo para o crescimento do município e elevando sua competitividade no mercado.	
Forma de Implementação da Ação	<div> <div> Tipo </div> <div> <input type="checkbox"/> Pagos <input checked="" type="checkbox"/> Atividade <input type="checkbox"/> Outros </div> </div> <div> <div> Pré-requisito </div> <div> <input type="checkbox"/> Direta <input checked="" type="checkbox"/> Indiretamente </div> </div>	
	<div> <div> Produto </div> <div> <input type="checkbox"/> Bens <input checked="" type="checkbox"/> Serviço </div> </div> <div> <div> Unidade de Medida </div> <div> 2020 2021 2022 2023 2024 TOTAL </div> </div>	
Meta Física	R\$	
Valor em R\$	R\$	
Natureza da despesa	R\$	
Desp. Corrente	R\$	
Desp. Capital	R\$	
TOTAL DO PROGRAMA	R\$	

PROGRAMA:	QUESTÃO ESTRATÉGICA E DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL
Objetivo:	Promover o planeamento integrado, a gestão eficiente dos recursos públicos e o fortalecimento institucional, garantido o desenvolvimento sustentável e a melhoria contínua dos serviços públicos municipais.
Público Alvo:	Sectores públicos, servidores municipais, conselhos municipais, entidades parceiras e a população beneficiária pelas ações de planeamento, orçamento e gestão do município.

Justificativa	O programa é fundamental para assegurar a organização, eficiência e transparência na administração pública municipal. Por meio do planejamento estratégico e da gestão integrada, promove o desenvolvimento territorial, econômico e social do município, potencializando a ação dos recursos públicos e fortalecendo a capacidade institucional. A iniciativa contribui para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população e para a participação social, alinhando as ações governamentais às prioridades e necessidades do PPA.
---------------	--

AÇÃO - TÍTULO: IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DO SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL										Código:	
Justificativa:		A implementação de um sistema integrado de planejamento e gestão é essencial para modernizar o administração pública municipal, proporcionando maior transparência, controle e eficiência na execução dos serviços públicos. Este sistema pretende a harmonização em termos dos resultados, facilitando a tomada de decisões estratégicas e promover a participação social, fortalecendo a governança e o desenvolvimento sustentável do município. Desta forma, contribuirá para a sustentabilidade dos recursos públicos e o cumprimento das metas estabelecidas no plano.									
Tipo:		<input checked="" type="checkbox"/> Atividade		<input type="checkbox"/> Atividade		<input type="checkbox"/> Atividade		<input type="checkbox"/> Outros			
Forma de implementação:		<input checked="" type="checkbox"/> Projeto		<input type="checkbox"/> Despesa		<input type="checkbox"/> Despesa		<input type="checkbox"/> Despesa			
Produto:		<input type="checkbox"/> Item		<input type="checkbox"/> Unidade de Medida		<input type="checkbox"/> Unidade de Medida		<input type="checkbox"/> Unidade de Medida			
		2027		2028		2029		2030		TOTAL	
Meta Final:											
Valor da Meta R\$		27.000,00 R\$		55.000,00 R\$		55.000,00 R\$		55.000,00 R\$		292.000,00 R\$	
Natureza de despesa:											
Despesa Corrente R\$		20.000,00 R\$		25.000,00 R\$		50.000,00 R\$		50.000,00 R\$		125.000,00 R\$	
Despesa Capital R\$											

TOTAL DO PROGRAMA	R\$	20.000,00	R\$	25.000,00	R\$	30.000,00	R\$	50.000,00	R\$	125.000,00
RESUMO FINANCEIRO DO PPA										
PERÍODO DE APLICAÇÃO		2018		2017		2028		2029		TOTAL
TOTAL		146.000,00		155.400,00		145.000,00		192.300,00		858.700,00
DESP. CORRENTE		114.000,00		133.360,00		140.100,00		178.320,00		665.780,00
DESP. CAPITAL		22.000,00		22.440,00		22.500,00		64.000,00		171.740,00

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAJÁ	
PLANO PLURIANUAL 2026 - 2029	
UNIDADE ADMINISTRATIVA: SECRETARIA MUNICIPAL DA PROMOÇÃO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
PROGRAMA	DETETDO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL
Objetivo	Fortalecer a gestão administrativa da Secretaria Municipal de Trabalho em mecanismos de controle social, promovendo a participação da sociedade civil na formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de assistência social, habitação e segurança alimentar e nutricional.
Público Alvo	Famílias, idosos e estudantes da Secretaria Municipal de Promoção, Habitação e Assistência Social; Conselheiros do Conselho Municipal de Pessoa Idosa (CMPI) e do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEMA); Representantes da sociedade civil organizada; Usuários da política de assistência social; Demais indivíduos participantes do sistema de controle social.
Justificativa	A gestão eficiente da política de assistência social e a efetiva participação social são dos eixos estratégicos municipais cujos pilares fundamentais para a consecução do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e de outras políticas correlatas.

AÇÃO: TÍTULO: SISTEMA ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA PROMOÇÃO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL Código: 132														
Justificativa: Garantir o equilíbrio, transparência e eficiência na gestão administrativa da Secretaria Municipal de Promoção, Habitação e Assistência Social, assegurando a adequada execução das políticas públicas e a prestação de serviços de qualidade à população em situação de vulnerabilidade social.														
Forma de implementação de ações: <table><tr><td><input type="checkbox"/> 1 - Pleno</td><td><input type="checkbox"/> 2 - Parcial</td><td><input type="checkbox"/> 3 - Exclusivamente</td><td><input type="checkbox"/> 4 - Parcial</td><td><input type="checkbox"/> 5 - Total</td></tr></table>										<input type="checkbox"/> 1 - Pleno	<input type="checkbox"/> 2 - Parcial	<input type="checkbox"/> 3 - Exclusivamente	<input type="checkbox"/> 4 - Parcial	<input type="checkbox"/> 5 - Total
<input type="checkbox"/> 1 - Pleno	<input type="checkbox"/> 2 - Parcial	<input type="checkbox"/> 3 - Exclusivamente	<input type="checkbox"/> 4 - Parcial	<input type="checkbox"/> 5 - Total										
Previsão:		<input type="checkbox"/> Bem: <input checked="" type="checkbox"/> Ruim		Unidade de Medida:		Porcentual (% de execução contemplada anual):		TOTAL						
ANO		2017		ANO		2018								
Meta Mensal		100% até maio		100% até maio		100% até maio		100% até maio						
Valor em Reais		R\$ 320.000,00		R\$ 320.000,00		R\$ 250.000,00		R\$ 170.000,00						
		R\$ 320.000,00		R\$ 320.000,00		R\$ 250.000,00		R\$ 170.000,00						
Natureza da despesa		Dep. Corrente		R\$ 320.000,00		R\$ 320.000,00		R\$ 250.000,00						
		R\$ 320.000,00		R\$ 320.000,00		R\$ 250.000,00		R\$ 170.000,00						

AÇÃO - TÍTULO						Código: 122
Justificativa Parâmetros e Conselho Municipal da Pessoa Idosa (CMPI) para promover a participação ativa do sociedade civil na formulação, monitoramento e fiscalização das políticas públicas voltadas à proteção dos direitos e à qualidade de vida das pessoas idosas no município.						
Tipo		() Projeto	(X) Atividade		() Outros	
Forma de implementação de ação		() Direta	(X) Indiretamente		() Parceria	
Problema		() Bem	(X) Serviço			
		Unidade de Medida				NÚMERO DE PARTICIPANTES
ANO		2026	2027	2028		TOTAL
METRI FÍSICA	04 reuniões de gestão a 70% de quem deu participação		03 reuniões de gestão a 70% de quem deu participação		04 reuniões de gestão a 70% de quem deu participação	
Valor do Meta	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 75.000,00		R\$ 90.000,00
Desp. Contábil	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 80.000,00		R\$ 90.000,00
Anexo Contábil	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 80.000,00		R\$ 90.000,00

AÇÃO - TÍTULO	Código:
FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL POR MEIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMISA <i>Prestador o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMISA) para garantir a participação social efetiva na formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional no município, assegurando o direito à alimentação adequada para toda a população.</i>	122
Tipo <input type="checkbox"/> Projeto <input checked="" type="checkbox"/> Atividade <input type="checkbox"/> Evento <input type="checkbox"/> Outrora	
Forma de Implementação da Ação <input type="checkbox"/> Direta <input checked="" type="checkbox"/> Descentralizada <input type="checkbox"/> Parceria	
Produto <input checked="" type="checkbox"/> Bem <input type="checkbox"/> Serviço Unidade de Medida Número de manifestações realizadas / sistema de participação.	TOTAL
ANO 2016 2017 2018 2019	
Meta Física 60 relatórios de gestão e 10% de quem dá participação 60 relatórios de gestão e 10% de quem dá participação 60 relatórios de gestão e 70% de quem dá participação 60 relatórios de gestão e 70% de quem dá participação	64 relatórios de gestão e 70% de quem dá participação ao ano



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal Nº 067/2002 – 16/04/2002

Ano XXIV – Edição N.º 2777 – Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.

www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

	Valor da Meta	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
Natureza da despesa	Dep. Corrente	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
	Dep. Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

AÇÃO – TÍTULO		PORTALCEMENTO DO CONTROLE SOCIAL POR MEIO DO CONSELHO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA-CADRO						Código: 122
Justificativa		Garantir a efetiva participação da sociedade civil no acompanhamento, fiscalização e proposição de políticas públicas voltadas à promoção dos direitos das pessoas com deficiência, assegurando inclusão, acessibilidade e a construção de um município mais justo e democrático.						
Tipo		[] Projeto [] Atividade [] Atividade [] Atividade [] Atividade [] Atividade						
Forma de implementação da ação		[] Direta [] Indireta [] Parceria [] Parceria [] Parceria [] Parceria						
Produto		[] Bem [] Serviço [] Serviço [] Serviço [] Serviço [] Serviço						
ANO		2026	2027	2028	2029	2030	2031	TOTAL
Meta Física		01 relatório de gestão e 70% de quórum de participação	01 relatório de gestão e 70% de quórum de participação	01 relatório de gestão e 70% de quórum de participação	01 relatório de gestão e 70% de quórum de participação	01 relatório de gestão e 70% de quórum de participação	01 relatório de gestão e 70% de quórum de participação	04 relatórios de gestão e 70% de quórum de participação
Valor da Meta		R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 80.000,00
Natureza da despesa		Dep. Corrente	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 80.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

AÇÃO – TÍTULO		PORTALCEMENTO DO CONTROLE SOCIAL POR MEIO DO GRUPO GESTOR DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ						Código: 122
Justificativa		Assegurar a participação efetiva da sociedade civil e dos profissionais envolvidos no acompanhamento e monitoramento das ações do Programa Criança Feliz, garantindo o cumprimento dos objetivos do programa e a melhoria da qualidade de atendimento às crianças e famílias beneficiadas.						
Tipo		[] Projeto [] Atividade [] Atividade [] Atividade [] Atividade [] Atividade						

Forma de implementação da ação		[] Direta [] Indireta [] Parceria [] Parceria [] Parceria [] Parceria						
Produto		[] Bem [] Serviço [] Serviço [] Serviço [] Serviço [] Serviço						
ANO		2026	2027	2028	2029	2030	2031	TOTAL
Meta Física		04 reuniões ordinárias/ano e 01 relatório de acompanhamento	04 reuniões ordinárias/ano e 01 relatório de acompanhamento	04 reuniões ordinárias/ano e 01 relatório de acompanhamento	04 reuniões ordinárias/ano e 01 relatório de acompanhamento	04 reuniões ordinárias/ano e 01 relatório de acompanhamento	04 reuniões ordinárias/ano e 01 relatório de acompanhamento	04 reuniões ordinárias/ano e 01 relatório de acompanhamento
Valor da Meta		R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 80.000,00
Natureza da despesa		Dep. Corrente	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 80.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

AÇÃO – TÍTULO		PORTALCEMENTO DO CONTROLE SOCIAL POR MEIO DO GRUPO GESTOR DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA-BPC						Código: 122
Justificativa		Garantir a participação da sociedade e dos profissionais no monitoramento e avaliação da gestão do BPC, assegurando que os direitos das pessoas com deficiência e idosos em situação de vulnerabilidade sejam efetivamente cumpridos.						
Tipo		[] Projeto [] Atividade [] Atividade [] Atividade [] Atividade [] Atividade						
Forma de implementação da ação		[] Direta [] Indireta [] Parceria [] Parceria [] Parceria [] Parceria						
Produto		[] Bem [] Serviço [] Serviço [] Serviço [] Serviço [] Serviço						
ANO		2026	2027	2028	2029	2030	2031	TOTAL
Meta Física		04 reuniões ordinárias/ano e 01 relatório de acompanhamento	04 reuniões ordinárias/ano e 01 relatório de acompanhamento	04 reuniões ordinárias/ano e 01 relatório de acompanhamento	04 reuniões ordinárias/ano e 01 relatório de acompanhamento	04 reuniões ordinárias/ano e 01 relatório de acompanhamento	04 reuniões ordinárias/ano e 01 relatório de acompanhamento	04 reuniões ordinárias/ano e 01 relatório de acompanhamento
Valor da Meta		R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 80.000,00
Natureza da despesa		Dep. Corrente	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 80.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

AÇÃO – TÍTULO		PORTALCEMENTO DO CONTROLE SOCIAL POR MEIO DO GRUPO GESTOR DA CÂMARA INTERMUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL-CAIAM						Código: 122
Justificativa		Garantir a participação da sociedade civil e dos órgãos municipais no acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas de segurança alimentar e nutricional, promovendo a melhoria da qualidade de vida da população e a implementação efetiva das ações previstas para o município.						
Tipo		[] Projeto [] Atividade [] Atividade [] Atividade [] Atividade [] Atividade						
Forma de implementação da ação		[] Direta [] Indireta [] Parceria [] Parceria [] Parceria [] Parceria						
Produto		[] Bem [] Serviço [] Serviço [] Serviço [] Serviço [] Serviço						
ANO		2026	2027	2028	2029	2030	2031	TOTAL
Meta Física		04 reuniões ordinárias/ano e 01 relatório de acompanhamento	04 reuniões ordinárias/ano e 01 relatório de acompanhamento	04 reuniões ordinárias/ano e 01 relatório de acompanhamento	04 reuniões ordinárias/ano e 01 relatório de acompanhamento	04 reuniões ordinárias/ano e 01 relatório de acompanhamento	04 reuniões ordinárias/ano e 01 relatório de acompanhamento	04 reuniões ordinárias/ano e 01 relatório de acompanhamento
Valor da Meta		R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 80.000,00
Natureza da despesa		Dep. Corrente	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 80.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

PROGRAMA – FORTALECIMENTO DE INICIATIVAS SOCIAIS E ECONÔMICAS COMUNITÁRIAS								
Objetivo		Apoiar e promover associações que desenvolvam projetos sociais e produtivos, fortalecendo a organização comunitária, promovendo a inclusão social, a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas.						
Público Alvo		Associações comunitárias, cooperativas, grupos de produção artesanal, agricultores familiares, catadores de resíduos e lideranças comunitárias.						
Justificativa		As entidades exercem papel ativo no desenvolvimento social e econômico do município, seja por meio de projetos sociais voltados à melhoria da qualidade de vida das famílias, seja por iniciativas produtivas que geram subsídio de renda. Essas entidades promovem a organização das comunidades, estimulam a participação cidadã e fortalecem vínculos sociais, contribuindo da forma direta para a redução das vulnerabilidades e desigualdades locais.						
		No entanto, muitas dessas associações enfrentam dificuldades relacionadas à gestão administrativa, à captação de recursos e à sustentabilidade de seus projetos, o que limita o impacto de suas ações.						

Justificativa		O Programa de Fortalecimento de Iniciativas Sociais e Econômicas Comunitárias tem como propósito apoiar, capacitar e potencializar essas organizações, por meio de assistência técnica, formação de projetos, criação de espaços de convivência e apoio à elaboração de projetos. Além disso, contribui para ampliar oportunidades de geração de renda, melhorar os serviços prestados pelas associações e promover maior protagonismo social e econômico das comunidades, em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).						
----------------------	--	--	--	--	--	--	--	--

AÇÃO – TÍTULO		FORNTECIMENTO DE PRODUTOS PRODUTIVOS E SOCIAIS COMUNITÁRIOS						Código: 240
Justificativa		Apoiar entidades que desenvolvam projetos sociais e produtivos, fortalecendo suas iniciativas e ampliando sua capacidade de promover inclusão social, geração de renda e melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas.						
Tipo		[] Projeto [] Atividade [] Atividade [] Atividade [] Atividade [] Atividade						
Forma de implementação da ação		[] Direta [] Indireta [] Parceria [] Parceria [] Parceria [] Parceria						
Produto		[] Bem [] Serviço [] Serviço [] Serviço [] Serviço [] Serviço						
ANO		2026	2027	2028	2029	2030	2031	TOTAL
Meta Física		2 projetos sociais e 3 projetos produtivos	2 projetos sociais e 3 projetos produtivos	2 projetos sociais e 3 projetos produtivos	2 projetos sociais e 3 projetos produtivos	2 projetos sociais e 3 projetos produtivos	2 projetos sociais e 3 projetos produtivos	10 projetos sociais e 15 projetos produtivos
Valor da Meta		R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00
Natureza da despesa		Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

PROGRAMA – GESTÃO PARTICIPATIVA E PROTEÇÃO SOCIAL								
Objetivo		Garantir a proteção social, a inclusão e o acesso a direitos da população em situação de vulnerabilidade, por meio de ações integradas que fortaleçam a gestão do SUAS, promovam a regulação social, ampliem o acesso a serviços públicos e garantam a participação cidadã.						
Público Alvo		Pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica residentes no município, usuários dos serviços do SUAS, trabalhadores do setor socioeconômico, representantes de organizações e gestores públicos.						
Justificativa		O programa visa fortalecer a rede de proteção social do município, promovendo a inclusão social, a garantia de direitos e o fortalecimento da cidadania. Por meio da realização de ações participativas, como a conferência municipal, e iniciativas que promovam a regulação social e o acesso a serviços públicos, o município busca reduzir desigualdades, apoiar famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, e promover a gestão e a efetividade das políticas públicas de Assistência Social, em consonância com os princípios do SUAS.						

AÇÃO – TÍTULO		REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						Código: 122
Justificativa		Promover a participação social e o controle social na formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de assistência social, fortalecendo a democracia participativa e a gestão de direitos no município.						
Tipo		[] Projeto [] Atividade [] Atividade [] Atividade [] Atividade [] Atividade						
Forma de implementação da ação		[] Direta [] Indireta [] Parceria [] Parceria [] Parceria [] Parceria						
Produto		[] Bem [] Serviço [] Serviço [] Serviço [] Serviço [] Serviço						
ANO		2026	2027	2028	2029	2030	2031	TOTAL
Meta Física		01 Conferência municipal/200 participantes	01 Conferência municipal/200 participantes	01 Conferência municipal/200 participantes	01 Conferência municipal/200 participantes	01 Conferência municipal/200 participantes	01 Conferência municipal/200 participantes	05 Conferências municipais/2000 participantes
Valor da Meta		R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 250.000,00
Natureza da despesa		Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 250.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

AÇÃO – TÍTULO		REALIZAÇÃO DE CASAMENTO COMUNITÁRIO						Código: 244
Justificativa		Promover a formação das uniões estáveis de casais em situação de vulnerabilidade social, garantindo o acesso aos direitos civis e fortalecendo os vínculos familiares e comunitários.						
Tipo		[] Projeto [] Atividade [] Atividade [] Atividade [] Atividade [] Atividade						
Forma de implementação da ação		[] Direta [] Indireta [] Parceria [] Parceria [] Parceria [] Parceria						
Produto		[] Bem [] Serviço [] Serviço [] Serviço [] Serviço [] Serviço						
ANO		2026	2027	2028	2029	2030	2031	TOTAL
Meta Física		20 de casais beneficiados	30 casais beneficiados	30 casais beneficiados	40 casais beneficiados	40 casais beneficiados	25.800 visitas domiciliares	25.800 visitas domiciliares
Valor da Meta		R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 250.000,00
Natureza da despesa		Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 250.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

AÇÃO – TÍTULO		REALIZAÇÃO DO EVENTO MUNICIPAL DE LUTA E CIDADANIA					Código: 244		
Justificativa		Promover o acesso da população em situação de vulnerabilidade social a serviços públicos essenciais, orientações e atendimento a pessoas em um único espaço, fortalecendo o exercício da cidadania e a aproximação entre governo e comunidade.							
Tipo		[] Projeto		[] Atividade		[] Atividade		[] Atividade	
Forma de implementação da ação		[] Direta		[] Indireta		[] Parceria		[] Parceria	
Produto		[] Bem		[] Serviço		[] Serviço		[] Serviço	
ANO		2026		2027		2028		2029	
Meta Física		1 evento municipal de luta e cidadania por ano		1 evento municipal de luta e cidadania por ano		1 evento municipal de luta e cidadania por ano		1 evento municipal de luta e cidadania por ano	
Valor da Meta		R\$	50.000,00	R\$	50.000,00	R\$	50.000,00	R\$	50.000,00
Natureza da despesa		Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00
		Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00	Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,00
		Dep. Capital	R\$ 0,00	Dep. Corrente	R\$ 50.000,				



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal Nº 067/2002 – 16/04/2002

Ano XXIV – Edição N.º 2777 – Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.

www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAJÁ	
PLANO PLURIANUAL 2026 - 2029	
UNIDADE ADMINISTRATIVA:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA
PROGRAMA:	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS
Objetivo:	Serar a ampliação, qualificação e consolidação das ações e serviços de saúde no município de Itajá, por meio do fortalecimento da rede de atenção à saúde, da qualificação dos profissionais, da modernização da infraestrutura e da gestão eficiente dos recursos do SUS, promovendo o acesso universal, equidade e integral à saúde da população.
Público Alvo:	População residente no município de Itajá, especialmente os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), com foco nos grupos em situação de maior vulnerabilidade social e com maior demanda por serviços de saúde.
Justificativa:	O fortalecimento do SUS em nível municipal é essencial para garantir o direito constitucional à saúde e melhorar os indicadores de qualidade de vida da população. Em Itajá, há necessidade urgente de qualificar a oferta de serviços de saúde, reduzir desigualdades no acesso, modernizar as unidades, promover a consolidação dos serviços e ampliar a abrangência da atenção. Investir no fortalecimento do SUS é fundamental para assegurar saúde mais saudável, eficiente e próxima das necessidades reais da população, respeitando os princípios de universalidade, integralidade e equidade do sistema.
AÇÃO - TÍTULO:	Aquisição de uma Ambulância Código:
Justificativa:	A aquisição de uma nova ambulância para o município de Itajá é uma medida essencial para o fortalecimento da rede de atenção à saúde e para garantir o atendimento adequado à população em situações de emergência, especialmente no atendimento a idosos, crianças e pessoas com mobilidade reduzida. A nova ambulância, equipada com tecnologia atualizada, ampliará a capacidade de atendimento em situações de emergência, melhorando a qualidade do atendimento e reduzindo o tempo de resposta. Além disso, a aquisição de uma ambulância moderna é uma medida necessária para garantir a segurança dos pacientes e dos profissionais de saúde, além de contribuir para a melhoria da imagem do município perante a população.
Forma de Implementação da Ação:	Projeto () Direta () Indireta () Descontabilizada () Parcial () Outros
Produto:	() Bem () Serviço Unidade de Medida: TOTAL
Meta Física:	2026 2027 2028 2029
Valor da Meta:	R\$ 150.000,00 R\$ 150.000,00 R\$ 150.000,00 R\$ 150.000,00
Natureza da despesa:	Desp. Corrente R\$ 150.000,00 R\$ 150.000,00 R\$ 150.000,00 R\$ 150.000,00
Desp. Capital:	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
AÇÃO - TÍTULO:	Criação do Centro de Zoonoses e Manutenção Código:
Justificativa:	Implementar um Centro de Zoonoses no município de Itajá para prevenção, controle e tratamento de zoonoses, garantir a segurança alimentar e a saúde pública, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de zoonoses. A criação do Centro de Zoonoses é uma medida essencial para garantir a segurança alimentar e a saúde pública, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de zoonoses. A criação do Centro de Zoonoses é uma medida essencial para garantir a segurança alimentar e a saúde pública, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de zoonoses.
Forma de Implementação da Ação:	Projeto () Direta () Indireta () Descontabilizada () Parcial () Outros
Produto:	() Bem () Serviço Unidade de Medida: TOTAL
Meta Física:	2026 2027 2028 2029
Valor da Meta:	R\$ 150.000,00 R\$ 150.000,00 R\$ 150.000,00 R\$ 150.000,00
Natureza da despesa:	Desp. Corrente R\$ 150.000,00 R\$ 150.000,00 R\$ 150.000,00 R\$ 150.000,00
Desp. Capital:	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
AÇÃO - TÍTULO:	Aquisição de Transporte Sanitário Código:
Justificativa:	Implementar o transporte sanitário para a população de Itajá, visando garantir o acesso à saúde e a segurança dos pacientes, especialmente em situações de emergência e para pessoas com mobilidade reduzida. A aquisição de veículos para transporte sanitário é uma medida essencial para garantir o acesso à saúde e a segurança dos pacientes, especialmente em situações de emergência e para pessoas com mobilidade reduzida. A aquisição de veículos para transporte sanitário é uma medida essencial para garantir o acesso à saúde e a segurança dos pacientes, especialmente em situações de emergência e para pessoas com mobilidade reduzida.
Forma de Implementação da Ação:	Projeto () Direta () Indireta () Descontabilizada () Parcial () Outros
Produto:	() Bem () Serviço Unidade de Medida: TOTAL
Meta Física:	2026 2027 2028 2029
Valor da Meta:	R\$ 200.000,00 R\$ 200.000,00 R\$ 200.000,00 R\$ 200.000,00
Natureza da despesa:	Desp. Corrente R\$ 200.000,00 R\$ 200.000,00 R\$ 200.000,00 R\$ 200.000,00
Desp. Capital:	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
AÇÃO - TÍTULO:	Construção e Manutenção das Unidades Básicas de Saúde Código:
Justificativa:	Construção e manutenção das Unidades Básicas de Saúde (UBS) no município de Itajá, visando garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças. A construção e manutenção das UBS é uma medida essencial para garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças. A construção e manutenção das UBS é uma medida essencial para garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças.
Forma de Implementação da Ação:	Projeto () Direta () Indireta () Descontabilizada () Parcial () Outros
Produto:	() Bem () Serviço Unidade de Medida: TOTAL
Meta Física:	2026 2027 2028 2029
Valor da Meta:	R\$ 1.500.000,00 R\$ 1.500.000,00 R\$ 1.500.000,00 R\$ 1.500.000,00
Natureza da despesa:	Desp. Corrente R\$ 1.500.000,00 R\$ 1.500.000,00 R\$ 1.500.000,00 R\$ 1.500.000,00
Desp. Capital:	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
AÇÃO - TÍTULO:	Teleatendimento Implementado Código:
Justificativa:	Implementar o teleatendimento no município de Itajá, visando garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças. O teleatendimento é uma medida essencial para garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças. O teleatendimento é uma medida essencial para garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças.
Forma de Implementação da Ação:	Projeto () Direta () Indireta () Descontabilizada () Parcial () Outros
Produto:	() Bem () Serviço Unidade de Medida: TOTAL
Meta Física:	2026 2027 2028 2029
Valor da Meta:	R\$ 200.000,00 R\$ 200.000,00 R\$ 200.000,00 R\$ 200.000,00
Natureza da despesa:	Desp. Corrente R\$ 200.000,00 R\$ 200.000,00 R\$ 200.000,00 R\$ 200.000,00
Desp. Capital:	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
AÇÃO - TÍTULO:	Manutenção e Ampliação do Programa Acadêmico de Saúde para matriculados Código:
Justificativa:	Manutenção e ampliação do Programa Acadêmico de Saúde para matriculados no município de Itajá, visando garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças. O Programa Acadêmico de Saúde é uma medida essencial para garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças. O Programa Acadêmico de Saúde é uma medida essencial para garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças.
Forma de Implementação da Ação:	Projeto () Direta () Indireta () Descontabilizada () Parcial () Outros
Produto:	() Bem () Serviço Unidade de Medida: TOTAL
Meta Física:	2026 2027 2028 2029
Valor da Meta:	R\$ 200.000,00 R\$ 200.000,00 R\$ 200.000,00 R\$ 200.000,00
Natureza da despesa:	Desp. Corrente R\$ 200.000,00 R\$ 200.000,00 R\$ 200.000,00 R\$ 200.000,00
Desp. Capital:	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
AÇÃO - TÍTULO:	Construção de um Hospital Municipal Código:
Justificativa:	Construção de um Hospital Municipal no município de Itajá, visando garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças. A construção de um Hospital Municipal é uma medida essencial para garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças. A construção de um Hospital Municipal é uma medida essencial para garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças.
Forma de Implementação da Ação:	Projeto () Direta () Indireta () Descontabilizada () Parcial () Outros
Produto:	() Bem () Serviço Unidade de Medida: TOTAL
Meta Física:	2026 2027 2028 2029
Valor da Meta:	R\$ 5.000.000,00 R\$ 5.000.000,00 R\$ 5.000.000,00 R\$ 5.000.000,00
Natureza da despesa:	Desp. Corrente R\$ 5.000.000,00 R\$ 5.000.000,00 R\$ 5.000.000,00 R\$ 5.000.000,00
Desp. Capital:	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
AÇÃO - TÍTULO:	Implementar o Programa Saúde Mental para Todos Código:
Justificativa:	Implementar o Programa Saúde Mental para Todos no município de Itajá, visando garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças. O Programa Saúde Mental para Todos é uma medida essencial para garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças. O Programa Saúde Mental para Todos é uma medida essencial para garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças.
Forma de Implementação da Ação:	Projeto () Direta () Indireta () Descontabilizada () Parcial () Outros
Produto:	() Bem () Serviço Unidade de Medida: TOTAL
Meta Física:	2026 2027 2028 2029
Valor da Meta:	R\$ 500.000,00 R\$ 500.000,00 R\$ 500.000,00 R\$ 500.000,00
Natureza da despesa:	Desp. Corrente R\$ 500.000,00 R\$ 500.000,00 R\$ 500.000,00 R\$ 500.000,00
Desp. Capital:	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00

Forma de Implementação da Ação:	Projeto () Direta () Indireta () Descontabilizada () Parcial () Outros
Produto:	() Bem () Serviço Unidade de Medida: TOTAL
Meta Física:	2026 2027 2028 2029
Valor da Meta:	R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00
Natureza da despesa:	Desp. Corrente R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00
Desp. Capital:	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
AÇÃO - TÍTULO:	Fortalecimento da Emergência de Saúde Pública Decorrente do Coronavírus – COVID-19 Código:
Justificativa:	Fortalecimento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID-19), visando garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças. O fortalecimento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus é uma medida essencial para garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças. O fortalecimento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus é uma medida essencial para garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças.
Forma de Implementação da Ação:	Projeto () Direta () Indireta () Descontabilizada () Parcial () Outros
Produto:	() Bem () Serviço Unidade de Medida: TOTAL
Meta Física:	2026 2027 2028 2029
Valor da Meta:	R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00
Natureza da despesa:	Desp. Corrente R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00
Desp. Capital:	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
AÇÃO - TÍTULO:	Execução das Atividades do Programa Saúde na Escola no Município – PSE Código:
Justificativa:	Execução das atividades do Programa Saúde na Escola (PSE) no município de Itajá, visando garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças. O Programa Saúde na Escola é uma medida essencial para garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças. O Programa Saúde na Escola é uma medida essencial para garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças.
Forma de Implementação da Ação:	Projeto () Direta () Indireta () Descontabilizada () Parcial () Outros
Produto:	() Bem () Serviço Unidade de Medida: TOTAL
Meta Física:	2026 2027 2028 2029
Valor da Meta:	R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00
Natureza da despesa:	Desp. Corrente R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00
Desp. Capital:	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
AÇÃO - TÍTULO:	Investimento Financeiro de Atenção Primária em Saúde – APS Desempenho Código:
Justificativa:	Investimento financeiro de atenção primária em saúde (APS) no município de Itajá, visando garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças. O investimento financeiro de atenção primária em saúde é uma medida essencial para garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças. O investimento financeiro de atenção primária em saúde é uma medida essencial para garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças.
Forma de Implementação da Ação:	Projeto () Direta () Indireta () Descontabilizada () Parcial () Outros
Produto:	() Bem () Serviço Unidade de Medida: TOTAL
Meta Física:	2026 2027 2028 2029
Valor da Meta:	R\$ 200.000,00 R\$ 200.000,00 R\$ 200.000,00 R\$ 200.000,00
Natureza da despesa:	Desp. Corrente R\$ 200.000,00 R\$ 200.000,00 R\$ 200.000,00 R\$ 200.000,00
Desp. Capital:	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
AÇÃO - TÍTULO:	Manutenção da Saúde da Família – SFH Código:
Justificativa:	Manutenção da Saúde da Família (SFH) no município de Itajá, visando garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças. A manutenção da Saúde da Família é uma medida essencial para garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças. A manutenção da Saúde da Família é uma medida essencial para garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças.
Forma de Implementação da Ação:	Projeto () Direta () Indireta () Descontabilizada () Parcial () Outros
Produto:	() Bem () Serviço Unidade de Medida: TOTAL
Meta Física:	2026 2027 2028 2029
Valor da Meta:	R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00
Natureza da despesa:	Desp. Corrente R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00
Desp. Capital:	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
AÇÃO - TÍTULO:	Manutenção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS Código:
Justificativa:	Manutenção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) no município de Itajá, visando garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças. O Programa de Agentes Comunitários de Saúde é uma medida essencial para garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças. O Programa de Agentes Comunitários de Saúde é uma medida essencial para garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças.
Forma de Implementação da Ação:	Projeto () Direta () Indireta () Descontabilizada () Parcial () Outros
Produto:	() Bem () Serviço Unidade de Medida: TOTAL
Meta Física:	2026 2027 2028 2029
Valor da Meta:	R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00
Natureza da despesa:	Desp. Corrente R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00
Desp. Capital:	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
AÇÃO - TÍTULO:	Manutenção do Programa Assistência Farmacêutica Código:
Justificativa:	Manutenção do Programa Assistência Farmacêutica no município de Itajá, visando garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças. O Programa Assistência Farmacêutica é uma medida essencial para garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças. O Programa Assistência Farmacêutica é uma medida essencial para garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças.
Forma de Implementação da Ação:	Projeto () Direta () Indireta () Descontabilizada () Parcial () Outros
Produto:	() Bem () Serviço Unidade de Medida: TOTAL
Meta Física:	2026 2027 2028 2029
Valor da Meta:	R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00
Natureza da despesa:	Desp. Corrente R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00 R\$ 100.000,00
Desp. Capital:	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
AÇÃO - TÍTULO:	Manutenção dos serviços de Atenção Primária de Saúde Código:
Justificativa:	Manutenção dos serviços de atenção primária de saúde no município de Itajá, visando garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças. A manutenção dos serviços de atenção primária de saúde é uma medida essencial para garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças. A manutenção dos serviços de atenção primária de saúde é uma medida essencial para garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças.
Forma de Implementação da Ação:	Projeto () Direta () Indireta () Descontabilizada () Parcial () Outros
Produto:	() Bem () Serviço Unidade de Medida: TOTAL
Meta Física:	2026 2027 2028 2029
Valor da Meta:	R\$ 1.000.000,00 R\$ 1.000.000,00 R\$ 1.000.000,00 R\$ 1.000.000,00
Natureza da despesa:	Desp. Corrente R\$ 1.000.000,00 R\$ 1.000.000,00 R\$ 1.000.000,00 R\$ 1.000.000,00
Desp. Capital:	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00
AÇÃO - TÍTULO:	Manutenção do Programa de Saúde Bucal – PSB Código:
Justificativa:	Manutenção do Programa de Saúde Bucal (PSB) no município de Itajá, visando garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças. O Programa de Saúde Bucal é uma medida essencial para garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças. O Programa de Saúde Bucal é uma medida essencial para garantir o acesso à saúde e a qualidade do atendimento, além de promover a educação em saúde e a conscientização da população sobre a importância da prevenção de doenças.
Forma de Implementação da Ação:	Projeto () Direta () Indireta () Descontabilizada () Parcial () Outros
Produto:	() Bem () Serviço Unidade de Medida: TOTAL
Meta Física:	2026 2027 2028 2029
Valor da Meta:	R\$ 500.000,00 R\$ 500.000,00 R\$ 500.000,00 R\$ 500.000,00
Natureza da despesa:	Desp. Corrente R\$ 500.000,00 R\$ 500.000,00 R\$ 500.000,00 R\$ 500.000,00
Desp. Capital:	R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00 R\$ 0,00



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal Nº 067/2002 – 16/04/2002
Ano XXIV – Edição N.º 2777 – Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.
www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

AÇÃO - TÍTULO										Código:	
Manutenção dos Serviços de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar – MAC											
Os serviços de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar são essenciais para garantir a saúde da população. Sua manutenção é fundamental para garantir a continuidade do cuidado e a qualidade da assistência médica, especialmente em casos de doenças crônicas, câncer, doenças raras e doenças infecciosas. A manutenção desses serviços é fundamental para garantir a continuidade do cuidado e a qualidade da assistência médica, especialmente em casos de doenças crônicas, câncer, doenças raras e doenças infecciosas.											
Justificativa: Os serviços de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar são essenciais para garantir a saúde da população. Sua manutenção é fundamental para garantir a continuidade do cuidado e a qualidade da assistência médica, especialmente em casos de doenças crônicas, câncer, doenças raras e doenças infecciosas. A manutenção desses serviços é fundamental para garantir a continuidade do cuidado e a qualidade da assistência médica, especialmente em casos de doenças crônicas, câncer, doenças raras e doenças infecciosas.											
Forma de Implementação da Ação:											
Tipo		() Projeto		() Atividade		() Descontínua		() Parcial		() Outras	
Produto		() Bem		() Serviço		Unidade de Medida:				TOTAL	
Meta Física:		2024		2025		2026				0	
Valor da Meta:		R\$ 1.020.000,00		R\$ 1.020.000,00		R\$ 1.020.000,00		R\$ 1.020.000,00		R\$ 2.900.000,00	
Natureza da despesa:		Desp. Corrente		Desp. Capital							

AÇÃO - TÍTULO: Participação em Comitê de Cooperação entre a Prefeitura e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – CODEM											
Justificativa: A participação do Município em comitês de cooperação com o CODEM é essencial para garantir a continuidade dos serviços de emergência e a qualidade da assistência médica. A manutenção desses serviços é fundamental para garantir a continuidade do cuidado e a qualidade da assistência médica.											
Forma de Implementação da Ação:											
Tipo:		() Projeto		() Atividade		() Descontínua		() Parcial		() Outras	
Produto:		() Bem		() Serviço		Unidade de Medida:		TOTAL			
Meta Física:		2024		2025		2026		2027		2028	
Valor da Meta:		R\$ 3.000.000		R\$ 3.000.000		R\$ 3.000.000		R\$ 3.000.000		R\$ 3.000.000	
Natureza da despesa:		Desp. Corrente		Desp. Capital		Desp. Corrente		Desp. Capital		Desp. Corrente	

AÇÃO - TÍTULO: Estruturação, Ampliação e Apoio ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF e Multi										Código:	
Justificativa: O NASF é um dos principais instrumentos de organização do SUS, atuando na atenção básica, oferecendo atendimento especializado em diversas áreas (psicologia, enfermagem, fonoaudiologia, nutrição, etc.). A estruturação e ampliação desse serviço são essenciais para garantir a continuidade do cuidado e a qualidade da assistência médica.											
Forma de Implementação da Ação:											
Tipo:		<input type="checkbox"/> X <input type="checkbox"/> Projeto		<input type="checkbox"/> Atividade		<input type="checkbox"/> Descontínua		<input type="checkbox"/> Parcial		<input type="checkbox"/> Outras	
Forma de Implementação da Ação:											
Produto:		<input type="checkbox"/> Bem		<input type="checkbox"/> X <input type="checkbox"/> Serviço		Unidade de Medida:				TOTAL	
Meta Física:		2024		2025		2026				0	
Valor da Meta:		R\$ 1.020.000,00		R\$ 1.020.000,00		R\$ 1.020.000,00		R\$ 1.020.000,00		R\$ 488.000,00	
Natureza da despesa:											
Desp. Corrente		R\$		R\$		R\$		R\$		R\$	
Desp. Capital		R\$		R\$		R\$		R\$		R\$	

AÇÃO - TÍTULO		Execução do Programa Brasil Sem Fome		Código:	
Justificativa	O Brasil Sem Fome é um dos principais programas de combate à fome e à insegurança alimentar no Brasil. A execução desse programa é essencial para garantir a continuidade do cuidado e a qualidade da assistência médica.				
	O programa tem como objetivo principal garantir o acesso à alimentação adequada e saudável para a população em situação de vulnerabilidade, promovendo a segurança alimentar e nutricional, e combatendo a fome e a insegurança alimentar. A execução do programa é realizada por meio de ações de distribuição de alimentos, orientação nutricional e capacitação de profissionais da saúde.				
Tipo		(X) Projeto		() Atividade	() Outras
Forma de Implementação da Ação		(X) Bem		() Descontínua	() Parcial
Produto	() Bem	(X) Serviço	Unidade de Medida:		TOTAL
Meta Física	2024		2025		2026
Valor da Meta	R\$	75.000,00	R\$	75.000,00	R\$ 75.000,00
					280.000,00
Natureza da despesa	Desp. Corrente	RS	RS	RS	RS
	Desp. Capital	RS	RS	RS	RS

AÇÃO - TÍTULO: Implante e Centro Especializado em Reabilitação – CER		Código:	
Justificativa: O CER é um dos principais serviços de reabilitação oferecidos pelo SUS. A implantação e manutenção desse serviço são essenciais para garantir a continuidade do cuidado e a qualidade da assistência médica.			
Descrição: O CER é um serviço especializado em reabilitação, oferecendo a pacientes a sedestação para melhor controle de saúde e bem-estar. A implantação e manutenção desse serviço são essenciais para garantir a continuidade do cuidado e a qualidade da assistência médica.			
Forma de Implementação da Ação:			
Tipo:		Unidade de Medida:	
() Projeto () Atividade () Descontínua () Parcial () Outras			
Produto:		Unidade de Medida:	
() Bem () Serviço			
Meta Física:		TOTAL	
2024		2025	
Valor da Meta:		R\$ 1.020.000,00	
Desp. Corrente		Desp. Capital	
R\$ 1.020.000,00		R\$ 1.020.000,00	
Natureza da despesa:			

AÇÃO - TÍTULO:		Código:			
Construção de Posto de Atendimento no Caminho do Morador		1000			

PROGRAMA:	GESTÃO PROATIVA
Objetivo	Garantir a qualidade dos serviços públicos administrativos com eficiência, eficácia e efetividade
Público Alvo:	População em geral
Justificativa	A gestão administrativa da Secretaria, objetiva proporcionar de forma organizada os processos de execução das ações, produzindo resultados para a gestão eficiente.

AÇÃO - TÍTULO: GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUN. DE SAÚDE										Código:	
Justificativa: A gestão administrativa do Fundo Municipal de Saúde é essencial para assegurar a continuidade e o aprimoramento dos serviços de saúde. Inclui planejamento, organização, supervisão e avaliação das atividades, visando a eficiência e a qualidade da assistência à população, bem como a otimização dos recursos disponíveis.											
Forma de Implementação da Ação:		Tipo: <input type="checkbox"/> () Projeto <input type="checkbox"/> () Atividade <input type="checkbox"/> () Descontínua <input type="checkbox"/> () Parcial <input type="checkbox"/> () Outras									
Produto:		<input type="checkbox"/> () Bem <input type="checkbox"/> () Serviço		Unidade de Medida: Veículo Adquirido						TOTAL	
Meta Física:		2024		2025		2026		2029		4	
Valor da Meta:		R\$ 2.520.000,00		R\$ 380.000,00		R\$ 400.000,00		R\$ 1.420.000,00		R\$ 1.550.000,00	
Natureza da despesa:		Desp. Corrente		R\$ 580.000,00		R\$ 80.000,00		R\$ 850.000,00		R\$ 1.490.000,00	
		Desp. Capital		R\$ 200.000,00		R\$ 80.000,00		R\$ 570.000,00		R\$ 220.000,00	

AÇÃO - TÍTULO: GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SEC. MUN. DE SAÚDE E VIG. SANITÁRIA										Código:	
Justificativa: A gestão administrativa da Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária é essencial para garantir a continuidade do cuidado e a qualidade da assistência médica.											
Forma de Implementação da Ação:											
Tipo:		<input type="checkbox"/> Projeto		<input type="checkbox"/> Atividade		<input type="checkbox"/> Descontínua		<input type="checkbox"/> Parcial		<input type="checkbox"/> Outras	
Produto:		<input type="checkbox"/> Bem		<input type="checkbox"/> Serviço		Unidade de Medida:		Unidade Adquirida		TOTAL	
Meta Física:		2024		2025		2026		2027		TOTAL	
Valor da Meta:		R\$ 1.020.000,00		R\$ 1.020.000,00		R\$ 1.020.000,00		R\$ 1.020.000,00		R\$ 4.080.000,00	
Natureza da despesa:		Desp. Corrente		Desp. Capital							
		R\$ 1.020.000,00		R\$ 1.020.000,00		R\$ 1.020.000,00		R\$ 1.020.000,00		R\$ 4.080.000,00	
		R\$ 1.020.000,00		R\$ 1.020.000,00		R\$ 1.020.000,00		R\$ 1.020.000,00		R\$ 4.080.000,00	

RESUMO FINANCEIRO DO PPA					
EXERCÍCIO DE APLICAÇÃO	2026	2027	2028	2029	TOTAL
TOTAL	11.104.000,00	14.454.000,00	15.804.000,00	13.814.000,00	55.176.000,00
DESP. CORRENTE	-	-	-	-	-
DESP. CAPITAL	-	-	-	-	-

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAJÁ

PLANO PLURIANUAL 2026 - 2029

UNIDADE ADMINISTRATIVA: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

PROGRAMA: GESTÃO OPERACIONAL DO TRANSPORTES PÚBLICO

Objetivo: Garantir a qualidade dos trabalhos e a aplicação em procedimentos da Secretaria Municipal de Transportes

Público Alvo: Usuário administrativo e operacional do Sistema Municipal de Transportes, comunitário beneficiado pelo serviço.

Justificativa: A aquisição de um veículo para uso administrativo e operacional para o departamento responsável em atividades administrativas, viagens, deslocamentos necessários a reports internos, gerando maior eficiência e qualidade no atendimento ao cidadão.

AÇÃO - TÍTULO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL

Código:

Justificativa: Aquisição de um veículo de deslocamento e transporte de pessoas e materiais, visando a eficiência e redução dos custos operacionais.

Forma de Implementação da Ação:

Forma de Implementação da Ação: Tipo: () Projeto () Atividade () Descontínua () Parcial () Outras

Produto: () Bem () Serviço Unidade de Medida: Veículo Adquirido

Meta Física: 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL

Valor da Meta: R\$ 0 R\$ 0 R\$ 100.000,00 R\$ 0 R\$ 0 R\$ 100.000,00 R\$ 900.000,00

Natureza da despesa: Desp. Corrente R\$ - R\$ - R\$ - R\$ - R\$ - R\$ - R\$ - Desp. Capital R\$ - R\$ - R\$ 100.000,00 R\$ - R\$ - R\$ 800.000,00

AÇÃO - TÍTULO: CONSTRUÇÃO DA GARAGEM MUNICIPAL

Código:

Justificativa: Aquisição e reconstrução de espaço físico necessário para guarda e reparos dos veículos, promovendo economia e eficiência no gestão da frota.

Forma de Implementação da Ação:

Forma de Implementação da Ação: Tipo: () Projeto () Atividade () Descontínua () Parcial () Outras

Produto: () Bem () Serviço Unidade de Medida: Espaço de Constr. 2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL

Meta Física: Valor da Meta: R\$ 300.000,00 R\$ 0 R\$ 0 R\$ 0 R\$ 0 R\$ 300.000,00 R\$ 300.000,00

Natureza da despesa: Desp. Corrente R\$ - R\$ - R\$ - R\$ - R\$ - R\$ - R\$ - Desp. Capital R\$ - R\$ - R\$ - R\$ - R\$ - R\$ - R\$ -

TOTAL DO PROGRAMA R\$ 300.000,00 R\$ 0 R\$ 0 R\$ 0 R\$ 0 R\$ 300.000,00 R\$ 900.000,00

PROGRAMA	GESTÃO PROATIVA										
Objetivo	Garantir a qualidade dos serviços públicos administrativos com eficiência, efetividade e rentabilidade										
Objeto	Manutenção em geral										
Justificativa	A gestão pública necessita desenvolver ações no desenvolvimento de ações que proporcione a população que busque apoio no serviço público, que este garanta qualidade, eficiência, eficácia e efetividade.										
AÇÃO - TÍTULO: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE TRANSPORTES	Código:										
Justificativa	Execução de ações administrativas da secretaria										
Tipo	() Projeto () Atividade () Descontínua () Parcial () Outras										
Forma de Implementação da Ação:	() Bem () Serviço										
Produto:	() Bem () Serviço Unidade de Medida: TOTAL										
Meta Física:	2024 2025 2026 2027 2028 2029										
Valor da Meta:	R\$	450.000,00	R\$	490.500,00	R\$	534.645,00	R\$	570.000,00	R\$	2.345.145,00	
Natureza da despesa:	Desp. Corrente R\$ 450.000,00 R\$ 490.500,00 R\$ 534.645,00 R\$ 570.000,00 R\$ 2.345.145,00										
		Desp. Capital		R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00	
TOTAL DO PROGRAMA		R\$		450.000,00		R\$		490.500,00		R\$ 534.645,00 R\$ 570.000,00 R\$ 2.345.145,00	
RESUMO FINANCEIRO DO PPA											
EXERCÍCIO DE APLICAÇÃO											
2024 2025 2026 2027 2028 2029 TOTAL											
TOTAL	PPA 2024 2025 2026 2027 2028 2029										
Desp. Corrente	450.000,00 490.500,00 534.645,00 570.000,00 2.345.145,00										
Desp. Capital	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00										

		PERÍODO DO 1º SEMESTRE DO ANO			
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJÁ					
PLANO PLURIANUAL 2026-2029					
UNIDADE ADMINISTRATIVA:		SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO			
PROGRAMA:		GESTÃO PROATIVA			
Objetivo:		Garantir a qualidade dos serviços públicos administrativos com eficiência, eficácia e efetividade			
Público Alvo:		População em geral.			
Justificativa:					
AÇÃO - TÍTULO: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE TRIBUTAÇÃO					Código:
Justificativa: Desenvolver as rotinas administrativas e processuais da Secretaria, alinhadas aos padrões exigidos.					
Tipo:		() Projeto		() Atividade	
Forma de Implementação da ação:		() Contínua		() Descontínua	
				() Parcial	
Produto (bem ou serviço):		Serviço			
Referência Orçamentária:		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	
		Unidade de Medida:		Unidade de Medida:	

AÇÃO - TÍTULO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O SETOR DE FISCALIZAÇÃO										Código:	
Justificativa: Aquisição de um veículo para as atividades da secretaria, setor de tributos em fiscalizações e demandas externas											
Tipo:		() Projeto		() Atividade		() Descontínua		() Parcial		() Outras	
Forma de Implementação da ação: () Direta () Centralizada () Parcial											
Produto (Bem ou Serviço)		Bem		2.028		2.027		2.028		2.029	
Unidade de Medida		Vb		Meta Física		Meta Física		Meta Física		Meta Física	
Fonte Recursos		1		Valor R\$		Valor R\$		Valor R\$		Valor R\$	
1 - Con. Federal				R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00	
3 - Gov. Litad				R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00	
3 - Gov. Litad				R\$ 95.000,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00	
TOTAL DA META FISICA		1		0		0		0		0	
TOTAL PRONALERO R\$		R\$ 95.000,00		R\$ -		R\$ -		R\$ -		R\$ -	
Natureza da despesa		R\$ -		R\$ -		R\$ -		R\$ -		R\$ -	
Inp. Corrente		R\$ -		R\$ -		R\$ -		R\$ -		R\$ -	
Desp. Capital		R\$ 95.000,00		R\$ -		R\$ -		R\$ -		R\$ -	

AÇÃO - TÍTULO: REPARTEAMENTO DO SETOR DE TRIBUTAÇÃO										Código:	
Justificativa: O setor de tributação atua melhor infraestrutura.											
Tipo:		() Projeto		() Atividade		() Descontínua		() Parcial		() Outras	
Forma de Implementação da ação:		() Direta		() Indireta		() Descentralizada		() Paralela			
Produto (bem ou serviço)		Serviço		2023		2024		2025		2026	
Referência Cálculo		Un		Meta Física		Meta Física		Meta Física		Meta Física	
Unidade de Medida		V\$		Valor R\$		Valor R\$		Valor R\$		Valor R\$	
Fonte Recursos											
1 - Gov. Federal				R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00	
2 - Gov. Estado				R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00	
3 - Gov. Município				R\$ 40.000,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 90.000,00	
TOTAL DA META FÍSICA				1		0		0		6	
TOTAL FINANCEIRO R\$				40.000,00		R\$		R\$		R\$ 90.000,00 R\$	
Natureza da despesa				Imp. Corrente		R\$		R\$		R\$ 64.000,00 R\$	
				Desp. Capital		R\$		R\$		R\$ 26.000,00 R\$	

AÇÃO - TÍTULO: RECADASTRAMENTO MERCANTIL E IMOBILIÁRIO		Código:	
--	--	---------	--



RESUMO FINANCEIRO DO PPA DA SEC. MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO					
EXERCÍCIO DE APLICAÇÃO	2026	2027	2028	2029	TOTAL
TOTAL	691.000,00	495.000,00	543.240,00	1.100.000,00	2.829.240,00
DESP. CORRENTE	471.000,00	400.800,00	468.132,00	913.000,00	2.252.932,00
DESP. CAPITAL	220.000,00	87.200,00	95.008,00	187.000,00	599.240,00



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal Nº 067/2002 – 16/04/2002
Ano XXIV – Edição N.º 2777 – Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.
www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010505/2025.

OBJETO: Registro de preço para eventual e futura contratação de empresa para aquisição de medicamentos de médio e alto custo, a fim de suprir as demandas da Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária do Município de Itajá/RN.

A Prefeitura Municipal de Itajá, com sede no(a) Praça Vereador José de Deus Barbosa, 77, Centro, na cidade de Itajá/RN, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 01.612.395/0001-46, neste ato representado(a) pelo(a) Prefeito Constitucional, o Sr. João Eudes Ferreira Filho, inscrito(a) no CPF sob o nº 047.115.414-89, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente ARP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, sob o número 012003/2025, cujo objeto é registro de preço para eventual e futura contratação de empresa para aquisição de medicamentos de médio e alto custo, a fim de suprir as demandas da Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária do Município de Itajá/RN, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 378, de 01 de fevereiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preço para eventual e futura contratação de empresa para aquisição de medicamentos de médio e alto custo, a fim de suprir as demandas da Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária do Município de Itajá/RN, especificado(s) no(s) item(ns) 28, 29, 43, 49, 60, 61, 62, 75, 79, 103, 104, 124, 170, 176, 177, 179, 185, 197, 204, 205, 206, 207, 235, 236, 237, 252, 253 do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 012003/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Vencedor(es): DROGAFONTE LTDA						
CNPJ: 08.778.201/0001-26				Email: pregao-eletronico@drogafonte.com.br	Telefone:(81) 2102-1819	
Endereço: RODOVIA BR-101 NORTE, KM 56,6, 102 GALPÃO 01 E 02, Jardim Paulista, Paulista/PE, CEP: 53409-260						
Representante: EUGENIO JOSE GUSMÃO DA FONTE FILHO - RG: 1.622.040, CPF: 293.247.854-00						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R\$)	Total (R\$)
00028	ATORVASTATINA 20MG 30CPR	CIMED (MG)	CAIXA S	120,000000	6,16	739,20
00029	ATORVASTATINA 40MG 30CPR	CIMED (MG)	CAIXA S	120,000000	11,38	1.365,60
00043	BIMATOPROSTA 0,3MG/ML	GEO-LAB-GO (GO)	Fras-cos	100,000000	21,75	2.175,00
00049	BRIMONIDINA 2ML/ML	GEO-LAB-GO (GO)	Fras-cos	70,000000	5,80	406,00
00060	CARVEDILOL 12,5 MG C/30 CPR	CIMED (MG)	CAIXA S	100,000000	3,49	349,00
00061	CARVEDILOL 25 MG C/30 CPR	CIMED (MG)	CAIXA S	100,000000	3,98	398,00
00062	CARVEDILOL 6,25 MG C/30 CPR	CIMED (MG)	CAIXA S	100,000000	2,65	265,00
00075	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 75MG C/ 30 CPR	GEO-LAB-GO (GO)	CAIXA S	120,000000	14,99	1.798,80
00079	CODEIN 30MG 30CPR	CRISTALIA-SP (SP)	CAIXA S	15,000000	41,33	619,95
00103	ESCITALOPRAM 10MG C/ 30 CPR	CIMED (MG)	CAIXA S	50,000000	3,84	192,00

00104	ESCITALOPRAM 20MG C/ 30 CPR	CIMED (MG)	CAIXA S	50,000000	6,29	314,50
00124	GLIMEPIRIDA 4 MG 30 COMP	CIMED (MG)	CAIXA S	100,000000	4,90	490,00
00170	OLANZAPINA 5 MG 30CPR	GEO-LAB-GO (GO)	CAIXA S	20,000000	11,94	238,80
00176	OXCARBAZEPINA 60MG/ML SUSPENSÃO ORAL 100ML	UNIAO QUIMICA (DF)	Fras-cos	50,000000	37,03	1.851,50
00177	PANTOPRAZOL SODICO 20 MG C/28 CPR	CIMED (MG)	CAIXA S	100,000000	3,74	374,00
00179	PAROXETINA 20MG C/ 30 CPR	CIMED (MG)	CAIXA S	150,000000	7,11	1.066,50
00185	PREGABALINA 75MG 30CPR	GEO-LAB-GO (GO)	CAIXA S	100,000000	9,79	979,00
00197	QUETIAPINA 25MG 30CPR	CIMED (MG)	CAIXA S	100,000000	4,00	400,00
00204	RISPERIDONA 1MG C/ 30 CPR	GEO-LAB-GO (GO)	CAIXA S	100,000000	4,89	489,00
00205	RISPERIDONA 2MG C/ 30 CPR	GEO-LAB-GO (GO)	CAIXA S	100,000000	5,44	544,00
00206	RISPERIDONA 3MG C/ 30 CPR	GEO-LAB-GO (GO)	CAIXA S	100,000000	7,03	703,00
00207	RISPERIDONA 1MG/ML 30ML	PRATI DONDUZZI-PR (PR)	Fras-cos	100,000000	9,91	991,00
00235	SUCCINATO DE METOPROLOL 25 MG C/30 CPR	CIMED (MG)	CAIXA S	120,000000	8,63	1.035,60
00236	SUCCINATO DE METOPROLOL 50 MG C/ 30 CPR	CIMED (MG)	CAIXA S	120,000000	14,23	1.707,60
00237	SUCCINATO DE METOPROLOL 100 MG C/30 CPR	BIOLAB / AC-TAVIS (SP)	CAIXA S	120,000000	24,68	2.961,60
00252	VALSARTANA 160MG C/30 CPR	CIMED (MG)	CAIXA S	50,000000	17,11	855,50
00253	VALSARTANA 320MG C/30 CPR	CIMED (MG)	CAIXA S	200,000000	30,81	6.162,00
Total:						29.472,15

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Itajá.

3.2. Além do gerenciador, a Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária é o órgão participante do registro de preços.

4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP ou no caso deste ter sido dispensado, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal Nº 067/2002 – 16/04/2002
Ano XXIV – Edição N.º 2777 – Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.
www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

4.2.2. É vedada a concessão de adesão separada de itens de objeto adjudicado por grupo de itens.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital ou municipal poderá ser utilizada para fins de transferências voluntárias, desde que admitido pelo órgão ou entidade responsável pela transferência dos recursos.

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4.10. A adesão à ata de registro de preços a que se refere o item 4.1, realizar-se-á mediante a celebração de termo de contrato.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante solicitação do fornecedor ou interesse da Administração, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital, de acordo com padrão de Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, criado Medida Provisória 2200-2/2001. Para tanto, deve constar no instrumento contratual o Código de Verificação padrão ICP-Brasil, para posterior verificação de sua autenticidade.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.2.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.2.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal Nº 067/2002 – 16/04/2002
Ano XXIV – Edição N.º 2777 – Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.
www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9. Fonte de referência não encontrada., e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 30, Decreto Municipal nº 378, de 01 de fevereiro de 2024.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

9.1.2. não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 25, do Decreto Municipal nº 378, de 01 de fevereiro de 2024; ou

9.1.4. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. por razão de interesse público;

9.4.1.1. Na hipótese prevista no subitem 9.4.1., poderá o órgão ou entidade administração cancelar os preços registrados liminarmente, quando se tratar de registro de preços de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, cuja paralisação possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.

9.4.2. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 24 e no § 4º do art. 25, do Decreto Municipal nº 378, de 01 de fevereiro de 2024.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com a legislação vigente, particularmente com a Lei 14.133/2021, Decreto Municipal nº 378, de 01 de fevereiro de 2024 e jurisprudência do TCU, STJ e demais tribunais.

11.3. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Agente de Contratação.

11.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Itajá, do Estado do Rio Grande do Norte, para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta ARP que não puderem ser compostos pela conciliação.

Itajá/RN, 28 de outubro de 2025.

João Eudes Ferreira Filho
Prefeito Constitucional do Município de Itajá

EMPRESA (S):

DROGAFONTE LTDA
CNPJ: 08.778.201/0001-26
EUGENIO JOSE GUSMÃO DA FONTE FILHO
CPF: 293.247.854-00



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal Nº 067/2002 – 16/04/2002
Ano XXIV – Edição N.º 2777 – Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.
www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020505/2025.

OBJETO: Registro de preço para eventual e futura contratação de empresa para aquisição de medicamentos de médio e alto custo, a fim de suprir as demandas da Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária do Município de Itajá/RN.

A Prefeitura Municipal de Itajá, com sede no(a) Praça Vereador José de Deus Barbosa, 77, Centro, na cidade de Itajá/RN, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 01.612.395/0001-46, neste ato representado(a) pelo(a) Prefeito Constitucional, o Sr. João Eudes Ferreira Filho, inscrito(a) no CPF sob o nº 047.115.414-89, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente ARP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, sob o número 012003/2025, cujo objeto é registro de preço para eventual e futura contratação de empresa para aquisição de medicamentos de médio e alto custo, a fim de suprir as demandas da Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária do Município de Itajá/RN, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 378, de 01 de fevereiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preço para eventual e futura contratação de empresa para aquisição de medicamentos de médio e alto custo, a fim de suprir as demandas da Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária do Município de Itajá/RN, especificado(s) no(s) item(ns) 6, 64, 73, 89, 97, 133, 154, 172, 265 do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 012003/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Vencedor(es): DROGARIA MAIS SAUDE SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA						
CNPJ: 27.796.696/0001-60			Email: <u>dro-</u> <u>gariamais-</u> <u>saude100@</u> <u>hot-</u> <u>mail.com</u>		Telefone: 84 98751-8311	
Endereço: Rua Manoel Amâncio Rebouças Neto, 112, Alto do Sumaré, Mossoró/RN, CEP: 59633-840						
Representante: Roberta Ferreira Praxedes Costa - RG: 001.868.032, CPF: 060.741.344-13						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R\$)	Total (R\$)
000 06	AKINETON 2MG C/80 CPR	BAGO	CAIXA S	150,000000	40,74	6.111,00
000 64	CELOCOXIBE 200 MG C/30 CPR	EURO	CAIXA S	180,000000	12,80	2.304,00
000 73	CLORIDRATO DE TRAMADOL 100MG C/ 30 CPR	ERIST	CAIXA S	100,000000	93,33	9.333,00
000 89	DIPROGENTA 0,5MG/G+1MG/G CREME	GEO-LAB	CAIXA S	20,000000	15,00	300,00
000 97	DORILEN GOTAS 20ML	HYPERA	Fras-cos	15,000000	28,99	434,85
001 33	INSULINA LANTUS 10ML	SANOTI	Fras-cos	100,000000	124,95	12.495,00
001 54	MONTELUCASTE DE SÓDIO 10MG C/ 30 CPR	BIOLAB	CAIXA S	150,000000	30,40	4.560,00
001 72	OPTIVE 10ML	ABBOT	Fras-cos	30,000000	36,00	1.080,00
002 65	ZYPRED 3ML	ABBEVER	CAIXA S	50,000000	37,94	1.897,00
Total:						38.514,85

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Itajá.

3.2. Além do gerenciador, a Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária é o órgão participante do registro de preços.

4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP ou no caso deste ter sido dispensado, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.2.2. É vedada a concessão de adesão separada de itens de objeto adjudicado por grupo de itens.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital ou municipal poderá ser utilizada para fins de transferências voluntárias, desde que admitido pelo órgão ou entidade responsável pela transferência dos recursos.

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4.10. A adesão à ata de registro de preços a que se refere o item 4.1, realizar-se-á mediante a celebração de termo de contrato.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante solicitação do fornecedor ou interesse da Administração, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal Nº 067/2002 – 16/04/2002
Ano XXIV – Edição N.º 2777 – Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.
www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital, de acordo com padrão de Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, criado Medida Provisória 2200-2/2001. Para tanto, deve constar no instrumento contratual o Código de Verificação padrão ICP-Brasil, para posterior verificação de sua autenticidade.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.2.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.2.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9. Fonte de referência não encontrada., e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 30, Decreto Municipal nº 378, de 01 de fevereiro de 2024.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal Nº 067/2002 – 16/04/2002
Ano XXIV – Edição N.º 2777 – Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.
www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

9.1.2. não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 25, do Decreto Municipal nº 378, de 01 de fevereiro de 2024; ou

9.1.4. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. por razão de interesse público;

9.4.1.1. Na hipótese prevista no subitem 9.4.1., poderá o órgão ou entidade administração cancelar os preços registrados liminarmente, quando se tratar de registro de preços de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, cuja paralisação possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.

9.4.2. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 24 e no § 4º do art. 25, do Decreto Municipal nº 378, de 01 de fevereiro de 2024.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com a legislação vigente, particularmente com a Lei 14.133/2021, Decreto Municipal nº 378, de 01 de fevereiro de 2024 e jurisprudência do TCU, STJ e demais tribunais.

11.3. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Agente de Contratação.

11.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Itajá, do Estado do Rio Grande do Norte, para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta ARP que não puderem ser compostos pela conciliação.

Itajá/RN, 28 de outubro de 2025.

João Eudes Ferreira Filho
Prefeito Constitucional do Município de Itajá

EMPRESA (S):

DROGARIA MAIS SAUDE SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA
CNPJ: 27.796.696/0001-60
Roberta Ferreira Praxedes Costa
CPF: 060.741.344-13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030505/2025.

OBJETO: Registro de preço para eventual e futura contratação de empresa para aquisição de medicamentos de médio e alto custo, a fim de suprir as demandas da Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária do Município de Itajá/RN.

A Prefeitura Municipal de Itajá, com sede no(a) Praça Vereador José de Deus Barbosa, 77, Centro, na cidade de Itajá/RN, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 01.612.395/0001-46, neste ato representado(a) pelo(a) Prefeito Constitucional, o Sr. João Eudes Ferreira Filho, inscrito(a) no CPF sob o nº 047.115.414-89, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente ARP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, sob o número 012003/2025, cujo objeto é registro de preço para eventual e futura contratação de empresa para aquisição de medicamentos de médio e alto custo, a fim de suprir as demandas da Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária do Município de Itajá/RN, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 378, de 01 de fevereiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preço para eventual e futura contratação de empresa para aquisição de medicamentos de médio e alto custo, a fim de suprir as demandas da Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária do Município de Itajá/RN, especificado(s) no(s) item(ns) 5, 7, 9, 10, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 48, 50, 52, 54, 56, 67, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 93, 98, 100, 101, 102, 114, 117, 118, 120, 127, 136, 137, 138, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 153, 156, 157, 158, 161, 162, 163, 165, 173, 175, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 195, 200, 203, 216, 218, 219, 223, 231, 232, 234, 238, 239, 240, 241, 244, 248, 249, 250, 251, 254, 255, 256, 261, 263, 264, 269, 270 do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 012003/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Vendedor(es): GIULLITE B MEDEIROS						
CNPJ: 21.437.704/0001-04			Email: farma-ciatalbalha-dorip@gmail.com		Telefone: 84 99848-5195 99601-4033	
Endereço: AV RIO BRANCO, 1477, Santa Cecília, Jardim de Piranhas/RN, CEP: 59324-000						
Representante: GIULLITE BRENNER MEDEIROS - RG: 002.287.584, CPF nº 049.221.214-71						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R\$)	Total (R\$)
00005	ACERTANLO 14MG/10MG C/30 CPR	SERVIER	CAIXA S	50,000000	5,65	282,50
00007	ALGINAC 1000 C/ 15CPR	PROCTER	CAIXA S	100,000000	2,44	244,00
00009	ALDACTONE 25MG C/ 30CPR	PFIZER	CAIXA S	100,000000	1,47	147,00
00010	ALOGLIPTINA 25MG C/ 30CPR	HYPERA	CAIXA S	100,000000	6,27	627,00
00019	ANCORON 100MG C/ 30 CPR	LIBBS	CAIXA S	100,000000	0,69	69,00
00020	ANCORON 200MG C/ 30 CPR	LIBBS	CAIXA S	100,000000	1,38	138,00
00021	ARTICO 1,5 + 1,2G PÓ SOLUÇÃO ORAL 5G 30 SACHES	EUROFARMA	CAIXA S	70,000000	8,21	574,70



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal N° 067/2002 – 16/04/2002
Ano XXIV – Edição N.º 2777 – Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.
www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

00 02 4	ARTROLIVE 1500MG/1200M G C/30 ENVE- LOPES	ACHE	CAIXA S	100,000000	8,16	816,00
00 02 5	ASPIRINA PRE- VENT 100MG 30CPR	BAYER	CAIXA S	320,000000	0,84	268,80
00 02 6	AAS 100MG C/30 CPR	BIOLAB	CAIXA S	100,000000	0,57	57,00
00 02 7	ATACAND HCT 16/12,5MG 30CPR	ASTRA- ZENECA	CAIXA S	80,000000	5,85	468,00
00 03 0	AVAL 160 MG C30 COMP (VALSARTANA)	SUPERA	CAIXA S	100,000000	1,94	194,00
00 03 1	AVAL 360 MG C30 COMP (VALSARTANA)	SUPERA	CAIXA S	100,000000	1,94	194,00
00 03 2	AZATIOPRINA 50MG C/ 50CPR	BRACE	Fras- cos	100,000000	3,99	399,00
00 03 6	BENICAR 40MG 30CPR	DAIICHI	CAIXA S	150,000000	2,72	408,00
00 03 7	BENICAR ANLO 40MG/5MG	DAIICHI	CAIXA S	150,000000	3,26	489,00
00 03 8	BENICAR ANLO 40MG/10MG	DAIICHI	CAIXA S	150,000000	3,26	489,00
00 03 9	BENICAR HCT 40/12,5MG 30CPR	DAIICHI	CAIXA S	100,000000	3,33	333,00
00 04 0	BENICAR HCT 40/25MG 30CPR	DAIICHI	Fras- cos	100,000000	3,33	333,00
00 04 1	BETALOR 5/50MG 30CPR	BIOSIN- TETICA	CAIXA S	30,000000	2,88	86,40
00 04 2	BETINA 24MG C/30CPR	EU- ROFARM A	CAIXA S	100,000000	1,34	134,00
00 04 8	BRASART 320 MG C/ 30 CPR	EMS	CAIXA S	100,000000	2,28	228,00
00 05 0	BRILINTA 90MG C/ 60 CPR	ASTRA- ZENECA	CAIXA S	120,000000	8,44	1.012, 80
00 05 2	BRONCHO- VAXON 3,5MG C/10 CAPSULAS	CHIESI	CAIXA S	30,000000	7,91	237,30
00 05 4	BUONA 150MG C/ 30 CPR	MO- MENTA	CAIXA S	140,000000	5,64	789,60
00 05 6	CALDÉ MAG C/ 60 CPR	MARJAN	CAIXA S	70,000000	2,56	179,20
00 06 7	CETOROLACO TROMETAMOL 10MG C/10 CPR	ACHE	CAIXA S	100,000000	3,73	373,00
00 07 8	COBATIVAL C/ 30 CPR	ABBOTT	CAIXA S	20,000000	1,47	29,40
00 08 1	CONCOR 10MG 30CPR	MERCK	CAIXA S	100,000000	3,82	382,00
00 08 2	CONCOR 5MG 30CPR	MERCK	CAIXA S	150,000000	3,35	502,50
00 08 3	CONCOR 2,5MG 30CPR	MERCK	CAIXA S	100,000000	2,75	275,00
00 08 4	CONDRES 40MG 30CPR	EMS	CAIXA S	200,000000	5,20	1.040, 00
00 08 5	COR-SELECT 2,5MG C/ 30 CPR	BIOLAB	CAIXA S	100,000000	1,67	167,00
00 08 6	CORUS 50MG C/ 30 CPR	LABO- FARMA	Fras- cos	100,000000	0,48	48,00

00 08 7	DIAMICROM MR 60MG 30CPR	SERVIER	CAIXA S	100,000000	3,61	361,00
00 09 3	DIVENA 40MG C/ 30 CPR	ACHE	CAIXA S	40,000000	2,41	96,40
00 09 8	ELIQUIS 5MG (CAIXA COM 60 COMPRIMIDOS)	PFIZER	CAIXA S	40,000000	5,59	223,60
00 10 0	ENTRESTO 24/26MG C/ 28 CPR	NOVAR- TIS	CAIXA S	50,000000	7,69	384,50
00 10 1	ENTRESTO 49/51MG C/ 60 CPR	NOVAR- TIS	CAIXA S	50,000000	8,09	404,50
00 10 2	ENTRESTO 97/103MG C/ 60 CPR	NOVAR- TIS	CAIXA S	50,000000	7,61	380,50
00 11 4	FLANAX 550MG C/ 10 CPR	BAYER	CAIXA S	150,000000	2,68	402,00
00 11 7	FORFIG 100MG C/30 CPR	MO- MENTA	CAIXA S	60,000000	3,65	219,00
00 11 8	FORFIG 200MG C/30 CPR	MO- MENTA	CAIXA S	50,000000	3,42	171,00
00 12 0	FORXIGA 10MG C/ 30 CPR	ASTRA- ZENECA	CAIXA S	100,000000	8,02	802,00
00 12 7	GLYXAMBI 25MG C/30 CPR	BOEHRIN GER	CAIXA S	30,000000	17,56	526,80
00 13 6	JANUMET 50/850MG 56CPR	MSD SCHERIN GO / RX	CAIXA S	60,000000	3,46	207,60
00 13 7	JARDIANCE 25MG C/ 30 CPR	BOEHRIN GER	CAIXA S	80,000000	11,99	959,20
00 13 8	LABIRIN 24MG 30CPR	APSEN	Fras- cos	40,000000	1,17	46,80
00 14 1	LIXIANA 30MG C/ 30 CPR	DAIICHI	CAIXA S	70,000000	4,83	338,10
00 14 2	LIXIANA 60MG C/ 30 CPR	DAIICHI	CAIXA S	70,000000	4,83	338,10
00 14 4	LEVOIDE 38MCG C/30 PCR	ACHE	CAIXA S	30,000000	0,41	12,30
00 14 5	LEVOTIROXINA SODICA 100 MG C/30 CPR	MERCK	CAIXA S	70,000000	0,33	23,10
00 14 6	LEVOTIROXINA SODICA 125 MCG C/30 CPR	MERCK	CAIXA S	70,000000	0,49	34,30
00 14 7	LEVOTIROXINA SODICA 88 MG C/30 CPR	MERCK	CAIXA S	70,000000	0,51	35,70
00 14 8	LOTAR 5MG/50MG C/ 30CPR	ACHE	CAIXA S	50,000000	2,76	138,00
00 14 9	LOTAR 5MG/100MG C/ CPR	ACHE	CAIXA S	50,000000	2,99	149,50
00 15 3	MOTORE 500MG C/ 60CPR	LABO- FARMA	CAIXA S	15,000000	2,92	43,80
00 15 6	NAPRIX D 5/12,5MG 30CPR	LIBBS	CAIXA S	50,000000	2,65	132,50
00 15 7	NAPRIX 5MG C/ 30 CPR	LIBBS	CAIXA S	70,000000	2,80	196,00
00 15 8	NEBILET 5 MG 28 COMP	BIOLAB	CAIXA S	150,000000	5,57	835,50
00 16 1	NEOVANGY 35MG C/ 30 CPR	EMS	CAIXA S	30,000000	2,81	84,30



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal N° 067/2002 – 16/04/2002
Ano XXIV – Edição N.º 2777 – Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.
www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

00162	NEUTROFER FÓLICO 150/5MG C/ 30 CPR	EMS	CAIXA S	30,000000	1,75	52,50
00163	NEVRIX 100/100/5000 C/ 20 CPR	ARESE	CAIXA S	60,000000	3,50	210,00
00165	NIMEGON MET 50/850MG 56CPR	SUPERA	CAIXA S	200,000000	5,90	1.180,00
00173	ORLISTAT 120MG C/84 CAPSULA	GERMED	CAIXA S	50,000000	2,77	138,50
00175	OSTEOTRAT 35MG C/ 4 CPR	ACHE	Fras-cos	40,000000	19,94	797,60
00186	PRESSAT 5 MG C/ 30 CPR	BIOLAB	CAIXA S	100,000000	1,87	187,00
00187	PRESSAT 2,5MG C/ 30 CPR	BIOLAB	CAIXA S	70,000000	1,40	98,00
00188	PROCORALAN 5MG 56CPR	SERVIER	CAIXA S	70,000000	3,78	264,60
00189	PROLOPA 200/50 MG C/ 30 COMP	FQM	CAIXA S	150,000000	4,26	639,00
00190	PROLOPA BD 100/25MG	FQM	CAIXA S	100,000000	2,13	213,00
00192	PROPATILNI-TRATO 10 MG C/50 CPR	FQM	CAIXA S	50,000000	0,76	38,00
00195	PLENACE EZE 20MG + 10MG C/ 30 CPR	LIBBS	CAIXA S	70,000000	4,71	329,70
00200	RAMIPRIL 5 MG C/30 CPR	MEDLEY	CAIXA S	30,000000	2,53	75,90
00203	RETEMIC 5MG CC/ 60 CPR	APSEN	CAIXA S	50,000000	1,29	64,50
00216	SANY D 7000UI C/ 30CPR	ACHE	CAIXA S	70,000000	2,66	186,20
00218	SANY D 2000UI C/ 30CPR	ACHE	CAIXA S	69,000000	1,00	69,00
00219	SANY D 50000UI C/ 30CPR	ACHE	CAIXA S	70,000000	2,91	203,70
00223	SIGMATRIOL 0,25MG 30CPR	BRACE PHARMA 2	CAIXA S	150,000000	6,15	922,50
00231	SOYFEMME 150 MG C/ 30 CPR	LABO-FARMA	CAIXA S	40,000000	5,13	205,20
00232	SOMALGIN CARDIO 81MG C/ 60 CPR	EMS	CAIXA S	100,000000	0,60	60,00
00234	STANGLIT 15MG C/30 CPR	LIBBS	CAIXA S	120,000000	3,16	379,20
00238	TECNOFER C/ 30 CPR	BAL-DACCI	CAIXA S	60,000000	3,99	239,40
00239	TIAMAZOL 10 MG C/50 CPR	BIOLAB	CAIXA S	30,000000	0,78	23,40
00240	TIBOLONA 1,25MG 35 CPR	LIBBS	CAIXA S	50,000000	2,31	115,50
00241	TIBOLONA 2,5 MG 30CPR	NOVA QUIMICA	CAIXA S	150,000000	1,04	156,00
00244	TREZOR 20 MG C/ 30 CPR	LABO-FARMA	CAIXA S	70,000000	2,32	162,40
00248	ULTIBRO 110mcg/50mcg C/30 CAPSULA	NOVARTIS VMS	CAIXA S	20,000000	14,88	297,60

00249	ULTROGESTAN 100MG C/30 CPR	BESINS	CAIXA S	100,000000	2,76	276,00
00250	ULTROGESTAN 200MG C/30 CPR	BESINS	CAIXA S	100,000000	5,53	553,00
00251	VALLERIANE 50MG 30CPR	ZIDUS	CAIXA S	30,000000	4,88	146,40
00254	VASTAREL MR 35 MG 30CPR	SERVIER	CAIXA S	150,000000	3,52	528,00
00255	VASTAREL MR 80 MG 30CPR	SERVIER	CAIXA S	100,000000	7,24	724,00
00256	VASOPRIL 10MG C/ 30 CPR	BIOLAB	CAIXA S	80,000000	1,30	104,00
00261	VI-FERRIN 300/5/15MG C/ 60CPR	ELOFAR	CAIXA S	100,000000	1,33	133,00
00263	ZYLORIC 100MG C/ 30 CPR	ASPEN	CAIXA S	50,000000	0,77	38,50
00264	ZYLORIC 300MG C/ 30 CPR	ASPEN	CAIXA S	50,000000	2,29	114,50
00269	XIGDUO XR 5MG/1000MG C/ 30 CPR	ASTRA-ZENECA	CAIXA S	100,000000	4,89	489,00
00270	XIGDUO XR 10MG/1000MG C/ 30 CPR	ASTRA-ZENECA	CAIXA S	200,000000	9,10	1.820,00
Total:						31.796,10

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Itajá.

3.2. Além do gerenciador, a Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária é o órgão participante do registro de preços.

4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP ou no caso deste ter sido dispensado, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.2.2. É vedada a concessão de adesão separada de itens de objeto adjudicado por grupo de itens.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal Nº 067/2002 – 16/04/2002
Ano XXIV – Edição N.º 2777 – Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.
www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital ou municipal poderá ser utilizada para fins de transferências voluntárias, desde que admitido pelo órgão ou entidade responsável pela transferência dos recursos.

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4.10. A adesão à ata de registro de preços a que se refere o item 4.1, realizar-se-á mediante a celebração de termo de contrato.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante solicitação do fornecedor ou interesse da Administração, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital, de acordo com padrão de Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, criado Medida

Provisória 2200-2/2001. Para tanto, deve constar no instrumento contratual o Código de Verificação padrão ICP-Brasil, para posterior verificação de sua autenticidade.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.2.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.2.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal N° 067/2002 – 16/04/2002
Ano XXIV – Edição N.º 2777 – Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.
www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9. Fonte de referência não encontrada., e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que aversem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 30, Decreto Municipal nº 378, de 01 de fevereiro de 2024.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

9.1.2. não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 25, do Decreto Municipal nº 378, de 01 de fevereiro de 2024; ou

9.1.4. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poder, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. por razão de interesse público;

9.4.1.1. Na hipótese prevista no subitem 9.4.1., poderá o órgão ou entidade administração cancelar os preços registrados liminarmente, quando se tratar de registro de preços de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, cuja paralisação possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.

9.4.2. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 24 e no § 4º do art. 25, do Decreto Municipal nº 378, de 01 de fevereiro de 2024.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com a legislação vigente, particularmente com a Lei 14.133/2021, Decreto Municipal nº 378, de 01 de fevereiro de 2024 e jurisprudência do TCU, STJ e demais tribunais.

11.3. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Agente de Contratação.

11.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Itajá, do Estado do Rio Grande do Norte, para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta ARP que não puderem ser compostos pela conciliação.

Itajá/RN, 28 de outubro de 2025.

João Eudes Ferreira Filho
Prefeito Constitucional do Município de Itajá

EMPRESA(S):

GIULLITE B MEDEIROS
CNPJ: 21.437.704/0001-04
GIULLITE BRENNER MEDEIROS
CPF nº 049.221.214-71

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040505/2025.

OBJETO: Registro de preço para eventual e futura contratação de empresa para aquisição de medicamentos de médio e alto custo, a fim de suprir as demandas da Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária do Município de Itajá/RN.

A Prefeitura Municipal de Itajá, com sede no(a) Praça Vereador José de Deus Barbosa, 77, Centro, na cidade de Itajá/RN, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 01.612.395/0001-46, neste ato representado(a) pelo(a) Prefeito Constitucional, o Sr. João Eudes Ferreira Filho, inscrito(a) no CPF sob o nº 047.115.414-89, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente ARP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, sob o número 012003/2025, cujo objeto é registro de preço para eventual e futura contratação de empresa para aquisição de medicamentos de médio e alto custo, a fim de suprir as demandas da Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária do Município de Itajá/RN, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133,



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal Nº 067/2002 – 16/04/2002
Ano XXIV – Edição N.º 2777 – Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.
www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 378, de 01 de fevereiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preço para eventual e futura contratação de empresa para aquisição de medicamentos de médio e alto custo, a fim de suprir as demandas da Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária do Município de Itajá/RN, especificado(s) no(s) item(ns) 71, 159, 221, 257, 268 do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 012003/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Vendedor(es): NNMED - DISTRIBUICAO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MEDICAMEN- TOS LTDA						
CNPJ: 15.218.561/0001-39				Email: co-tacao@nnmedistribuidora.com.br licitacao.nnmed@gmail.com	Telefone: 83 3113 - 4312	
Endereço: RUA DOUTOR DJALMA HERCULANO PORTO, Nº 300 - DISTRITO INDUSTRIAL - CAMPINA GRANDE/PB, CEP: 58411-560						
Representante: NEILTON NEVES DOS SANTOS - RG: 1252530, CPF: 675.637.594-68						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R\$)	Total (R\$)
000 71	CITRATO DE SILDENAFILA 100MG C/ 4 CPR	PRATI DONA- DUZZI	CAIXA S	300,000000	10,3 3	3.099, 00
001 59	NEBIVOLOL 5MG C/ 30 CPR	TEUTO	CAIXA S	150,000000	14,9 1	2.236, 50
002 21	SERTRALINA 25MG C/ 30CPR	EU- ROFARM A	CAIXA S	100,000000	33,8 0	3.380, 00
002 57	VENLAFAXINA 75MG C/ 30 CPR	TEUTO	CAIXA S	100,000000	14,7 5	1.475, 00
002 68	VIGABATRINA 500MG 60CPR	SANOFI	CAIXA S	20,000000	8,45	169,00
Total:						10.359 .50

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Itajá.

3.2. Além do gerenciador, a Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária é o órgão participante do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP ou no caso deste ter sido dispensado, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.2.2. É vedada a concessão de adesão separada de itens de objeto adjudicado por grupo de itens.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital ou municipal poderá ser utilizada para fins de transferências voluntárias, desde que admitido pelo órgão ou entidade responsável pela transferência dos recursos.

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4.10. A adesão à ata de registro de preços a que se refere o item 4.1, realizar-se-á mediante a celebração de termo de contrato.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante solicitação do fornecedor ou interesse da Administração, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal Nº 067/2002 – 16/04/2002
Ano XXIV – Edição N.º 2777 – Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.
www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital, de acordo com padrão de Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, criado Medida Provisória 2200-2/2001. Para tanto, deve constar no instrumento contratual o Código de Verificação padrão ICP-Brasil, para posterior verificação de sua autenticidade.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.2.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.2.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9. Fonte de referência não encontrada., e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 30, Decreto Municipal nº 378, de 01 de fevereiro de 2024.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

9.1.2. não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 25, do Decreto Municipal nº 378, de 01 de fevereiro de 2024; ou

9.1.4. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poder, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal Nº 067/2002 – 16/04/2002
Ano XXIV – Edição N.º 2777 – Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.
www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. por razão de interesse público;

9.4.1.1. Na hipótese prevista no subitem 9.4.1., poderá o órgão ou entidade administração cancelar os preços registrados liminarmente, quando se tratar de registro de preços de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, cuja paralisação possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.

9.4.2. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 24 e no § 4º do art. 25, do Decreto Municipal nº 378, de 01 de fevereiro de 2024.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com a legislação vigente, particularmente com a Lei 14.133/2021, Decreto Municipal nº 378, de 01 de fevereiro de 2024 e jurisprudência do TCU, STJ e demais tribunais.

11.3. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Agente de Contratação.

11.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Itajá, do Estado do Rio Grande do Norte, para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta ARP que não puderem ser compostos pela conciliação.

Itajá/RN, 28 de outubro de 2025.

João Eudes Ferreira Filho
Prefeito Constitucional do Município de Itajá

EMPRESA(S):

NNMED - DISTRIBUICAO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 15.218.561/0001-39
NEILTON NEVES DOS SANTOS
CPF: 675.637.594-68

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050505/2025.

OBJETO: Registro de preço para eventual e futura contratação de empresa para aquisição de medicamentos de médio e alto custo, a fim de suprir as demandas da Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária do Município de Itajá/RN.

A Prefeitura Municipal de Itajá, com sede no(a) Praça Vereador José de Deus Barbosa, 77, Centro, na cidade de Itajá/RN, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 01.612.395/0001-46, neste ato representado(a) pelo(a) Prefeito Constitucional, o Sr. João Eudes Ferreira Filho, inscrito(a) no

CPF sob o nº 047.115.414-89, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente ARP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, sob o número 012003/2025, cujo objeto é registro de preço para eventual e futura contratação de empresa para aquisição de medicamentos de médio e alto custo, a fim de suprir as demandas da Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária do Município de Itajá/RN, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de fevereiro de 2021, no Decreto Municipal nº 378, de 01 de fevereiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preço para eventual e futura contratação de empresa para aquisição de medicamentos de médio e alto custo, a fim de suprir as demandas da Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária do Município de Itajá/RN, especificado(s) no(s) item(ns) 3, 45, 46, 57, 108, 121, 184, 199, 212, 233 do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 012003/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Vencedor(es): PANORAMA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E FARMACEUTICOS LTDA						
CNPJ: 01.722.296/0001-17				Email: licitacao@panorama-med.com.br	Telefone: (85) 3256-8005	
Endereço: AV PRESIDENTE COSTA E SILVA, 2382 , MONDUBIM, FORTALEZA/CE, CEP: 60752-694						
Representante: JOSE SALES SILVEIRA DALMEIDA - RG: 950.024.638-70, CPF: 619.235.833-87						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R\$)	Total (R\$)
00003	ABLOK PLUS 100/25 30CPR	BI-OLAB	CAIXA S	100,000000	45,00	4.500,00
00045	BISOPROLOL 5MG C 30 CPR	E M S	CAIXA S	100,000000	14,50	1.450,00
00046	BISOPROLOL 2,5MG C 30 CPR	E M S	CAIXA S	150,000000	12,60	1.890,00
00057	CARBOLITUM 300MG 50CPR	BI-OLAB	CAIXA S	100,000000	13,50	1.350,00
00108	ESPIRONOLAC-TONA 50MG 30CPR	E M S	CAIXA S	150,000000	9,00	1.350,00
00121	GABAPENTINA 300 MG C/ 30CPR	BI-OLAB	CAIXA S	100,000000	11,70	1.170,00
00184	PREGABALINA 50MG 30 CAPSULA	MED-LEY	CAIXA S	100,000000	39,60	3.960,00
00199	QUETIAPINA 100MG 30CPR	BI-OLAB	CAIXA S	100,000000	13,50	1.350,00
00212	RIVAROXABAN 20 MG C/28 CPR	E M S	CAIXA S	150,000000	7,56	1.134,00
00233	SOMALGIN CARDIO 100MG C/ 60 CPR	E M S	CAIXA S	100,000000	12,10	1.210,00
Total:						19.364,00

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preço consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Itajá.

3.2. Além do gerenciador, a Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária é o órgão participante do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP ou no caso deste ter sido dispensado, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal Nº 067/2002 – 16/04/2002
Ano XXIV – Edição N.º 2777 – Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.
www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.2.2. É vedada a concessão de adesão separada de itens de objeto adjudicado por grupo de itens.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital ou municipal poderá ser utilizada para fins de transferências voluntárias, desde que admitido pelo órgão ou entidade responsável pela transferência dos recursos.

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4.10. A adesão à ata de registro de preços a que se refere o item 4.1, realizar-se-á mediante a celebração de termo de contrato.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante solicitação do fornecedor ou interesse da Administração, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital, de acordo com padrão de Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, criado Medida Provisória 2200-2/2001. Para tanto, deve constar no instrumento contratual o Código de Verificação padrão ICP-Brasil, para posterior verificação de sua autenticidade.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.2.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.2.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal Nº 067/2002 – 16/04/2002
Ano XXIV – Edição N.º 2777 – Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.
www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9. Fonte de referência não encontrada., e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 30, Decreto Municipal nº 378, de 01 de fevereiro de 2024.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

9.1.2. não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 25, do Decreto Municipal nº 378, de 01 de fevereiro de 2024; ou

9.1.4. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. por razão de interesse público;

9.4.1.1. Na hipótese prevista no subitem 9.4.1., poderá o órgão ou entidade administração cancelar os preços registrados liminarmente, quando se tratar de registro de preços de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, cuja paralisação possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.

9.4.2. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 24 e no § 4º do art. 25, do Decreto Municipal nº 378, de 01 de fevereiro de 2024.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com a legislação vigente, particularmente com a Lei 14.133/2021, Decreto Municipal nº 378, de 01 de fevereiro de 2024 e jurisprudência do TCU, STJ e demais tribunais.

11.3. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Agente de Contratação.

11.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Itajá, do Estado do Rio Grande do Norte, para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta ARP que não puderem ser compostos pela conciliação.

Itajá/RN, 28 de outubro de 2025.

João Eudes Ferreira Filho
Prefeito Constitucional do Município de Itajá

EMPRESA (S):

PANORAMA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal N° 067/2002 – 16/04/2002

Ano XXIV – Edição N.º 2777 – Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.

www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

CNPJ: 01.722.296/0001-17
JOSE SALES SILVEIRA DALMEIDA
CPF: 619.235.833-87

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060505/2025.

OBJETO: Registro de preço para eventual e futura contratação de empresa para aquisição de medicamentos de médio e alto custo, a fim de suprir as demandas da Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária do Município de Itajá/RN.

A Prefeitura Municipal de Itajá, com sede no(a) Praça Vereador José de Deus Barbosa, 77, Centro, na cidade de Itajá/RN, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 01.612.395/0001-46, neste ato representado(a) pelo(a) Prefeito Constitucional, o Sr. João Eudes Ferreira Filho, inscrito(a) no CPF sob o nº 047.115.414-89, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente ARP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, sob o número 012003/2025, cujo objeto é registro de preço para eventual e futura contratação de empresa para aquisição de medicamentos de médio e alto custo, a fim de suprir as demandas da Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária do Município de Itajá/RN, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 378, de 01 de fevereiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preço para eventual e futura contratação de empresa para aquisição de medicamentos de médio e alto custo, a fim de suprir as demandas da Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária do Município de Itajá/RN, especificado(s) no(s) item(ns) 1, 2, 4, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 33, 34, 35, 44, 47, 51, 53, 55, 58, 59, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 74, 76, 77, 88, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 99, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 119, 122, 123, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 139, 140, 143, 150, 151, 152, 155, 160, 164, 166, 167, 168, 169, 171, 174, 178, 180, 181, 182, 183, 191, 194, 196, 198, 201, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 220, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 242, 243, 245, 246, 247, 258, 259, 260, 262, 266, 267 do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 012003/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Vendedor(es): PHOSPODONT LTDA						
CNPJ: 04.451.626/0001-75			Email: licitacao@phospodont.com.br / receber@phospodont.com.br / financeiro@phospodont.com.br		Telefone: 84 99939-0153 / 99685-0055 / 99939-0151	
Endereço: AV. AYRTON SENNA, 526, CAPIM MACIO, NATAL/RN, CEP: 59080-100						
Representante: Ana Maria Pinheiro Ferreira - RG: 717417, CPF: 413.276.304-15						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R\$)	Total (R\$)
000 01	ACERTIL 5MG C/ 60CPR	SERVIER	CAIXAS	50,000000	123,85	6.192,50
000 02	A.A SALICILICO 81 MG C/30 CPR	BIOLAB	CAIXAS	100,000000	11,920	1.192,00
000 04	ABLOK PLUS 50/12,5 30CPR	BIOLAB	CAIXAS	100,000000	30,750	3.075,00
000 08	ALDACTONE 50MG C/ 30CPR	PFIZER	CAIXAS	100,000000	52,240	5.224,00
000 11	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG C/ 8 CPR	GERMED LTDA	CAIXAS	100,000000	3,710	371,00
000 12	ALENIA 6/200 MCG C/ 60 DOSES REFIL	BIOSINTETICA	Frascos	100,000000	86,870	8.687,00
000 13	ALENIA 12/400 MCG C/60 DOSES REFIL	BIOSINTETICA	Frascos	180,000000	116,470	20.964,60
000 14	ALLOPURINOL 100 MG 30 COMP	MEDLEY	CAIXAS	60,000000	5,850	351,00

000 15	ALLOPURINOL 300 MG 30 COMP	MEDLEY	CAIXAS	60,000000	11,380	682,80
000 16	AMATO 100MG 60CPR	EUROFARMA	CAIXAS	100,000000	198,820	19.882,00
000 17	AMATO 50MG 60CPR	EUROFARMA	CAIXAS	100,000000	97,560	9.756,00
000 18	AMOXICILINA + CLAVONATO DE POTASSIO 875MG + 125MG 14CPR	EUROFARMA	CAIXAS	100,000000	33,540	3.354,00
000 22	ARISTAB 10MG C/ 10 CPR	ACHÉ	CAIXAS	80,000000	74,710	5.976,80
000 23	ARIPIPIRAZOL 10MG C/ 30 CPR	PRATIDONADUZZI	CAIXAS	100,000000	14,150	1.415,00
000 33	AZORGA 5ML	ALCON	Frascos	100,000000	90,220	9.022,00
000 34	AZOPT 10MG/ML SUSPENSÃO OFTÁLMICA 5ML	ALCON	Frascos	80,000000	86,860	6.948,80
000 35	BACLOFENO 10 MG C/30 CPR	TEUTO	CAIXAS	120,000000	7,700	924,00
000 44	BISOPROLOL 10MG C 30 CPR	EMSLTDA	CAIXAS	100,000000	30,580	3.058,00
000 47	BISULFATO DE CLOPIDOGREL 75 MG C/30 CPR	EUROFARMA	CAIXAS	200,000000	13,630	2.726,00
000 51	BRITENS SML 2 + 5MG/ML	GENOM	Frascos	30,000000	95,160	2.854,80
000 53	BUDESONIDA 50MCG C/ 120 DOSES	BIOSINTETICA	CAIXAS	30,000000	34,080	1.022,40
000 55	CALCIO 500MG C/ 60 CPR	NU-TIVIT	CAIXAS	100,000000	22,670	2.267,00
000 58	CARBOLITUM CR 450MG 30CPR	EUROFARMA	CAIXAS	150,000000	58,760	8.814,00
000 59	CARBONATO DE CALCIO 500MG 60CPR	NU-TIVIT	CAIXAS	50,000000	21,860	1.093,00
000 63	CARVERDIOL 3,125 MG C/30 CPR	ZYDUS NIK-KHO	CAIXAS	100,000000	3,310	331,00
000 65	CENTRUM C/ 30CPR	PFIZER	CAIXAS	100,000000	57,690	5.769,00
000 66	CETOPROFENO 100MG C/ 20 CPR	MEDLEY	CAIXAS	100,000000	37,050	3.705,00
000 68	CEWIN 500MG C/30 CPR	SANOFI-AVENTIS	CAIXAS	150,000000	31,250	4.687,50
000 69	CIPROFIBRATO 100 MG C/30 CPR	BIOLAB	CAIXAS	50,000000	9,400	470,00
000 70	CITRATO DE SILDENAFILA 50MG C/ 4 CPR	GERMED LTDA	CAIXAS	50,000000	1,870	93,50
000 72	CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 25MG C/ 30 CPR	EMSLTDA	CAIXAS	200,000000	3,120	624,00
000 74	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 150MG C/ 30 CPR	NOVAQUIMICA	CAIXAS	100,000000	34,490	3.449,00
000 76	CLOPIDOGREL 75MG 30CPR	EUROFARMA	CAIXAS	230,000000	13,860	3.187,80
000 77	CLORTALIDONA 25MG C/ 60CPR	EMSLTDA	CAIXAS	80,000000	25,920	2.073,60
000 88	DIGOXINA 0,25MG C/30 CPR	PHARLAB	CAIXAS	70,000000	6,890	482,30
000 90	ECOFILM COL 5MG/ML C/ 5ML	GRISTALIA	Frascos	70,000000	17,500	1.225,00
000 91	DIVALCON ER 500MG C/ 60 CPR	ABBOTT	CAIXAS	30,000000	125,570	3.767,10
000 92	DIVALCON ER 250MG C/ 60 CPR	ABBOTT	CAIXAS	80,000000	60,910	4.872,80
000 94	DOMPERIDONA 10MG C/30 CPR	RANBAXY	CAIXAS	150,000000	5,680	852,00
000 95	DICLORIDRATO DE BETAMEISTINA 16MG C/ 60 CPR	ACHÉ	CAIXAS	150,000000	10,150	1.522,50



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal N° 067/2002 – 16/04/2002

Ano XXIV – Edição N.º 2777 – Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.

www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

000 96	DICLORIDRATO DE BETAMEISTINA 24MG C/ 60 CPR	ACHÉ	CAIXAS	150,00000 0	14,18	2.127,0 0
000 99	RELVAR 100/25 MCG C/ 30 DOSES	GLAX- OSMIT HKLIN E	CAIXAS	100,00000 0	171,6 5	17.165, 00
001 05	ESOMEPRAZOL MAGNESIO 20 MG C/30 CPR	EMS LTDA	CAIXAS	100,00000 0	25,76	2.576,0 0
001 06	ESOMEPRAZOL MAGNESIO 40 MG C/30 CPR	GERME D LTDA	CAIXAS	150,00000 0	38,79	5.818,5 0
001 07	ESPIRONOLAC- TONA 25MG 30CPR	EU- ROFAR MA	CAIXAS	100,00000 0	6,59	659,00
001 09	ETORICOXIBE 60MG C/14 CPR	SUPER A	CAIXAS	12,000000	132,6 7	1.592,0 4
001 10	EXTRATO SECO GLYCINE MAX 150 MG C/30 CAPS	PHAR- MASCII- ENCE	CAIXAS	80,000000	27,36	2.188,8 0
001 11	EXODUS 10MG C/ 30 CPR	ACHÉ	CAIXAS	80,000000	71,47	5.717,6 0
001 12	EXODUS 15MG C/ 30 CPR	ACHÉ	CAIXAS	80,000000	112,9 5	9.036,0 0
001 13	EXODUS 20MG C/ 30 CPR	ACHÉ	CAIXAS	80,000000	138,2 7	11.061, 60
001 15	FLUCONAZOL 150MG C/ 2 CPR	VITA- PAN	CAIXAS	50,000000	2,16	108,00
001 16	FRESH TEARS 0,5% 15ML	ALLER- GAN	Frascos	60,000000	67,82	4.069,2 0
001 19	FOSTAIR DPI 6MCG/100MCG C/ 120 DOSES	CHIESI	CAIXAS	70,000000	168,4 0	11.788, 00
001 22	GÉSICO DUO 37,5MG/325MG C/ 20CPR	EU- ROFAR MA	CAIXAS	80,000000	53,11	4.248,8 0
001 23	GLICOLIVE 1500MG PÓ 30 ENVELOPES 4G	ACHÉ	CAIXAS	30,000000	131,0 0	3.930,0 0
001 25	GLIFAGE XR 500MG C/ 30 CPR	MERCK SHARP	CAIXAS	70,000000	7,38	516,60
001 26	GLUCERNA SR 400G	AB- BOTT	Lata	50,000000	108,9 9	5.449,5 0
001 28	HYABAK 0,15% COL10ML	UNIAO QUIM- ICA	Frascos	50,000000	66,19	3.309,5 0
001 29	HEIMER 10MG C/ 30 CPR	EU- ROFAR MA	CAIXAS	80,000000	52,80	4.224,0 0
001 30	HEMITARTARATO DE ZOLPIDEM 10MG C/ 30 CPR	EMS LTDA	CAIXAS	100,00000 0	6,45	645,00
001 31	HORMOTROP 4UI COM 1 AMPOLA DE 1ML	BLAU FAR- MA- CEU- TICA	CAIXAS	30,000000	94,58	2.837,4 0
001 32	INDAPAMIDA 1,5 MG C/30 CPR	GERME D LTDA	CAIXAS	30,000000	10,48	314,40
001 34	KEPPRA 100MG/MLC/ 150ML	MEIZLE R	Frascos	100,00000 0	141,1 0	14.110, 00
001 35	KEPPRA 250MG C/ 60 COMP	MEIZLE R	CAIXAS	150,00000 0	163,8 0	24.570, 00
001 39	LACRIFILM 5 MG/ML	GE- NOM	Frascos	40,000000	27,08	1.083,2 0
001 40	LACTULOSE 667MG	NA- TIVITA	CAIXAS	20,000000	11,63	232,60
001 43	LEPONEX 100MG 30CPR	NO- VARTIS	CAIXAS	30,000000	362,3 3	10.869, 90
001 50	LUVOX 50MG 30CPR	AB- BOTT	CAIXAS	60,000000	144,3 2	8.659,2 0
001 51	MESILATO DE DOXAZOSINA 2 MG C/30 CPR	EU- ROFAR MA	CAIXAS	70,000000	6,96	487,20
001 52	MESILATO DE DOXAZOSINA 4 MG C/30 CPR	PRATI DONA- DUZZI	CAIXAS	50,000000	11,89	594,50
001 55	MUPIROCINA 20 MG/G 15G POMADA	BIO- CHIMI CO	CAIXAS	30,000000	25,86	775,80

001 60	NESINE 25MG 30CPR	COS- MED	CAIXAS	80,000000	150,0 3	12.002, 40
001 64	NIFEDIPINA RE- TARD 20MG 30CPR	MEDQ UIM- ICA	CAIXAS	60,000000	6,71	402,60
001 66	NITAZOXANIDA 500MG C/ 6 CPR	EU- ROFAR MA	CAIXAS	20,000000	12,00	240,00
001 67	NOEX 64MCG 120DOSES	EU- ROFAR MA	CAIXAS	20,000000	64,44	1.288,8 0
001 68	NORIPURUM IV 100MG 5 AMPO- LAS	TAKED A PHAR MA	CAIXAS	100,00000 0	77,53	7.753,0 0
001 69	OLANZAPINA 2,5 MG 30CPR	PRATI DONA- DUZZI	CAIXAS	100,00000 0	11,39	1.139,0 0
001 71	OLMESARTANA MEDOXA- MILA+HCT 40/12,5 MG C/30 CPR	GERME D LTDA	CAIXAS	60,000000	23,48	1.408,8 0
001 74	OSTEOBAN 150MG C/1 CPR	ACHÉ	CAIXAS	20,000000	47,01	940,20
001 78	PANTOPRAZOL SODICO 40 MG C/28 CPR	ACHÉ	CAIXAS	150,00000 0	8,87	1.330,5 0
001 80	PARACETAMOL 500+CODEINA 30 MG 12 COMP	EMS LTDA	CAIXAS	50,000000	12,03	601,50
001 81	PERMESE 5MG/ML + 2MG/ML	EU- ROFAR MA	CAIXAS	80,000000	24,51	1.960,8 0
001 82	PONDERA XR 25 MG C/ 30 CPR	EU- ROFAR MA	CAIXAS	100,00000 0	116,5 2	11.652, 00
001 83	PONDERA XR 12,5 MG C/ 30 CPR	EU- ROFAR MA	CAIXAS	50,000000	77,16	3.858,0 0
001 91	PROMETAZINA 25MG 20CPR	BIO- CHIMI CO	CAIXAS	70,000000	5,82	407,40
001 94	PROPRANOLOL 40MG C/30 CPR	PHARL AB	CAIXAS	50,000000	2,98	149,00
001 96	PROPRANOLOL 80MG C/30 CPR	EMS LTDA	CAIXAS	80,000000	22,04	1.763,2 0
001 98	QUETIAPINA 50MG 30CPR	EU- ROFAR MA	CAIXAS	100,00000 0	85,25	8.525,0 0
002 01	REMEROM 15MG 30CPR	SCHER ING	CAIXAS	30,000000	129,7 1	3.891,3 0
002 08	RITALINA 10MG C/ 30 CPR	NO- VARTIS	CAIXAS	100,00000 0	43,36	4.336,0 0
002 09	RITALINA 20MG C/ 30 CPR	NO- VARTIS	CAIXAS	100,00000 0	288,4 4	28.844, 00
002 10	RITALINA LA 20MG C/ 30 CAPSULA	NO- VARTIS	CAIXAS	300,00000 0	299,5 8	89.874, 00
002 11	RIVAROXABAN 15 MG C/28 CPR	PHARL AB	CAIXAS	80,000000	15,61	1.248,8 0
002 13	ROSUVASTATINA 5 MG 30 COMP	PHARL AB	CAIXAS	100,00000 0	7,99	799,00
002 14	ROSUVASTATINA 10 MG 30 COMP	BI- OSIN- TETICA	CAIXAS	100,00000 0	10,52	1.052,0 0
002 15	ROSUVASTATINA 20 MG 30 COMP	PHARL AB	CAIXAS	100,00000 0	7,85	785,00
002 20	SERETIDE 25/125MCG 120 DOSES	GLAX- OSMIT HKLIN E	CAIXAS	60,000000	134,1 0	8.046,0 0
002 22	SERTRALINA 50MG C/ 30CPR	EMS LTDA	CAIXAS	200,00000 0	6,38	1.276,0 0
002 24	SILYBUM MARIA- NUM 100 MG C/30 CPR	EU- ROFAR MA	CAIXAS	30,000000	83,78	2.513,4 0
002 25	SILYBUM MARIA- NUM 200 MG C/20 CPR	EU- ROFAR MA	CAIXAS	100,00000 0	120,2 2	12.022, 00
002 26	SINVASTATINA 40MG C/ 30 CPR	PHARL AB	CAIXAS	120,00000 0	6,19	742,80
002 27	SPIOLTO 2,5 MCG + 2,5 MCG C/ 4ML C/ 60 DOSES	BOEHR INGER INGE	Frascos	50,000000	321,9 4	16.097, 00



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal N° 067/2002 – 16/04/2002
Ano XXIV – Edição N.º 2777 – Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.
www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

002 28	SPIRIVA 2,5 MCG SOL INALATORIO C/4 ML C/60 DOSES	BOEHR INGER INGE	Frascos	100,00000 0	398,8 1	39.881, 00
002 29	SYMBICORT 6/100 MG C/60 DOSES	ASTRA- ZENEC A	CAIXAS	100,00000 0	165,9 0	16.590, 00
002 30	SYMBICORT TURB 12/400 MG C/60 DOSES	ASTRA- ZENEC A	CAIXAS	100,00000 0	201,6 2	20.162, 00
002 42	TROPAR 37,5 MG + 325MG	SUPER A	CAIXAS	100,00000 0	53,12	5.312,0 0
002 43	TRELEGY 100/62,5/25 MCG C/30 DOSES	GLAX- OSMIT HKLIN E	CAIXAS	100,00000 0	359,5 5	35.955, 00
002 45	TROK-N 20/0,5/2,5MG C/ 10G	EU- ROFAR MA	CAIXAS	50,000000	15,17	758,50
002 46	TROK-G 0,64/1MG C/ 30G	EU- ROFAR MA	CAIXAS	50,000000	26,63	1.331,5 0
002 47	ULTRACET 37,5MG/325MG C/30 CPR	JANNS EM	CAIXAS	70,000000	109,0 0	7.630,0 0
002 58	VENLAXIN 150MG 30CPR	EU- ROFAR MA	CAIXAS	80,000000	122,9 6	9.836,8 0
002 59	VENLAXIN 75MG 30CPR	EU- ROFAR MA	CAIXAS	100,00000 0	86,77	8.677,0 0
002 60	VENLAXIN 37,5MG 30CPR	EU- ROFAR MA	CAIXAS	20,000000	40,87	817,40
002 62	ZOLPIDEM 10MG C/ 30CPR	EMS LTDA	CAIXAS	50,000000	4,22	211,00
002 66	ZYPRED 6ML	ALLER- GAN	CAIXAS	50,000000	75,03	3.751,5 0
002 67	CATAFLAN AERO- SOL 85ML	NO- VARTIS	Frascos	50,000000	43,07	2.153,5 0
Total:						703.746 ,84

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Itajá.

3.2. Além do gerenciador, a Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária é o órgão participante do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP ou no caso deste ter sido dispensado, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.2.2. É vedada a concessão de adesão separada de itens de objeto adjudicado por grupo de itens.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetuar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital ou municipal poderá ser utilizada para fins de transferências voluntárias, desde que admitido pelo órgão ou entidade responsável pela transferência dos recursos.

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4.10. A adesão à ata de registro de preços a que se refere o item 4.1, realizar-se-á mediante a celebração de termo de contrato.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante solicitação do fornecedor ou interesse da Administração, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da prorrogação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal Nº 067/2002 – 16/04/2002
Ano XXIV – Edição N.º 2777 – Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.
www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital, de acordo com padrão de Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, criado Medida Provisória 2200-2/2001. Para tanto, deve constar no instrumento contratual o Código de Verificação padrão ICP-Brasil, para posterior verificação de sua autenticidade.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.2.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.2.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9. Fonte de referência não encontrada., e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 30, Decreto Municipal nº 378, de 01 de fevereiro de 2024.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

9.1.2. não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 25, do Decreto Municipal nº 378, de 01 de fevereiro de 2024; ou

9.1.4. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal Nº 067/2002 – 16/04/2002
Ano XXIV – Edição N.º 2777 – Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.
www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. por razão de interesse público;

9.4.1.1. Na hipótese prevista no subitem 9.4.1., poderá o órgão ou entidade administração cancelar os preços registrados liminarmente, quando se tratar de registro de preços de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, cuja paralisação possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.

9.4.2. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 24 e no § 4º do art. 25, do Decreto Municipal nº 378, de 01 de fevereiro de 2024.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com a legislação vigente, particularmente com a Lei 14.133/2021, Decreto Municipal nº 378, de 01 de fevereiro de 2024 e jurisprudência do TCU, STJ e demais tribunais.

11.3. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Agente de Contratação.

11.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Itajá, do Estado do Rio Grande do Norte, para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta ARP que não puderem ser compostos pela conciliação.

Itajá/RN, 28 de outubro de 2025.

João Eudes Ferreira Filho
Prefeito Constitucional do Município de Itajá

EMPRESA (S):

PHOSPODONT LTDA
CNPJ: 04.451.626/0001-75
Ana Maria Pinheiro Ferreira
CPF: 413.276.304-15

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0112080/2025
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 011112/2025

CONTRATANTE: Município de Itajá/RN, Prefeitura Municipal.

CONTRATADA: CONSÓRCIO BBC / DOISE II, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Cidade de Assú, Estado do Rio Grande do Norte, à Travessa Dr Pedro Amorim, nº 235, Sala E, Bairro Centro, Assu/RN, CEP: 59.650-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 64.007.814/0001-30. MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia civil para construção de 20 (vinte) unidades habitacionais unifamiliares no município de Itajá/RN.

VALOR TOTAL: O valor global é de R\$ 3.158.000,00 (Três milhões, cento e cinquenta e oito mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 11/12/2025.

VIGÊNCIA: O Contrato terá como vigência inicial com a ordem de execução da obra e durará o período determinado no Cronograma Físico-Financeiro da obra, mantendo-se após tão somente para fins de garantia pelo prazo de 5 (cinco) anos.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável.

Itajá/RN, 11/12/2025.

João Eudes Ferreira Filho
Prefeito do Município de Itajá/RN

PODER LEGISLATIVO

PESQUISA MERCADOLÓGICA

A Câmara Municipal de Itajá/RN, através da Secretaria da Câmara Municipal, torna público aos interessados que, ESTÁ REALIZANDO PESQUISA DE PREÇOS para formação de preços médios para:

“Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução de reforma predial das instalações da Câmara Municipal, abrangendo intervenções estruturais, arquitetônicas, elétricas, hidráulicas, pintura, reparos gerais, substituição de materiais e demais adequações necessárias, conforme especificações técnicas, plantas, memoriais descritivos, cronograma físico-financeiro e demais documentos que compõem o Termo de Referência e o Projeto Básico”.

As especificações técnicas, plantas, memoriais descritivos, cronograma físico-financeiro e demais documentos que compõem o Termo de Referência e o Projeto Básico estão à disposição dos interessados na Secretaria da Câmara Municipal - Setor de Pesquisa Mercadológica, situado (a) na Sede da Câmara Municipal localizada no endereço Avenida Alferes Guilherme Lopes Viegas, 500, João Leopoldo, Itajá/RN – CEP: 59.513-000 ou através do e-mail: camaradeitaja@gmail.com.

Quaisquer informações poderão ser obtidas através do email camaradeitaja@gmail.com ou presencialmente, de segunda-feira a sexta-feira, das 08hs às 13hs (as cotações serão analisadas excepcionalmente neste horário estabelecido pela Gestão).

O prazo máximo para conclusão desta pesquisa será de 03 (TRES) DIAS ÚTEIS, contados a partir desta publicação.

A pesquisa poderá ser finalizada antes do prazo com a obtenção dos Preços de Mercado e conhecimento do menor preço.

A modalidade de contratação será definida após a obtenção dos valores e análise das cotações.

Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.

Miguel Phelype Cunha Lopes
Secretário da Câmara Municipal de Itajá/RN

ANEXO - MODELO PESQUISA MERCADOLÓGICA

Solicitamos a gentileza de nos fornecer pesquisa de preço, com a especificação abaixo, a fim de contratação futura, por parte da Câmara Municipal de Itajá/RN:

1- OBJETIVO:

“Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução de reforma predial das instalações da Câmara Municipal, abrangendo intervenções estruturais, arquitetônicas, elétricas, hidráulicas, pintura, reparos gerais, substituição de materiais e demais adequações necessárias, conforme especificações técnicas, plantas, memoriais descritivos, cronograma físico-financeiro e demais documentos que compõem o Termo de Referência e o Projeto Básico”.

Agradecemos antecipadamente, ao mesmo tempo em que solicitamos dessa conceituada empresa que nos forneça os preços praticados, do item inframencionado:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução de reforma predial das instalações da Câmara Municipal, abrangendo intervenções estruturais, arquitetônicas, elétricas, hidráulicas, pintura, reparos gerais, substituição de materiais e demais adequações necessárias, conforme especificações técnicas, plantas, memoriais descritivos, cronograma físico-financeiro e	1	



DIÁRIO OFICIAL DE ITAJÁ

Instituído pela Lei Municipal Nº 067/2002 – 16/04/2002
Ano XXIV – Edição N.º 2777 – Itajá/RN, 11 de dezembro de 2025.
www.itaja.rn.gov.br | Email - comunicacao@itaja.rn.gov.br

	demais documentos que compõem o Termo de Referência e o Projeto Básico.		
--	---	--	--

As propostas deverão ser encaminhadas para o e-mail: camaradeitaja@gmail.com ou protocoladas no endereço venida Guilherme Lopes Viegas, 500 Bairro João Leopoldo - 59513-000 – Itajá /RN, em envelope lacrado durante o horário de expediente (segunda a sexta, das 07 às 13h).

O prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados do envio através de e-mail ou mediante protocolo na Secretaria desta Casa.

Para fins de elaboração da proposta, o interessado deverá considerar todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

É vedada a proposta de quantidade inferior ou em desacordo com a solicitada neste expediente.

Para fins de elaboração da proposta deverá constar os seguintes dados:

DADOS DA EMPRESA QUE DEVERÃO CONSTAR NA COTAÇÃO.

Razão Social:
Nome Fantasia:
CNPJ nº.:
Inscrição Estadual nº:
Endereço da Empresa:
Telefone de Contato da Empresa:
E-mail:
Nome do Representante Legal:
Telefone de Contato do Representante da Empresa:
Data da emissão da Cotação:
Validade da Cotação: Mínimo de 60 dias.

Assinatura do Responsável da empresa

CONSELHOS MUNICIPAIS

ATA Nº 007/2025– CMDCA

Pauta: APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO- FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FMDCA)

Aos dias nove de dezembro de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, no TELECENTRO sito à Avenida João Manoel Pessoa nº 226, Iguaçu, nesta cidade, realizou-se uma Reunião Ordinária convocada pela Presidência, para tratar da aprovação do relatório anual do FMDCA. A Presidente declarou aberta a reunião, registrando a presença dos conselheiros, estando presente a senhora Joana Darc Barbalho Cruz representante da Secretaria Municipal de administração, a senhora Ana Cláudia de Oliveira representante da Igreja Evangélica Vida Cristã, a senhora Maria Elisângela Cunha representante da secretaria de saúde, a senhora Ana Letícia Pessoa Lopes Araújo representante da secretaria de educação e o senhor Raniere Roberto Bezerra representante da Associação Missão Novo Tempo. Verificada a existência de quórum regimental, a presidente declarou aberta a reunião. Na ocasião, foi apresentado aos conselheiros o Relatório Anual do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, referente ao exercício de 2025, contendo o demonstrativo das receitas, despesas, execução dos projetos financiados, saldos financeiros e demais informações pertinentes. Os conselheiros, que já haviam recebido o documento previamente para análise, manifestaram-se favoravelmente ao conteúdo apresentado, destacando a importância da transparência e da adequada aplicação dos recursos do Fundo. Após as discussões, a presidente colocou o Relatório Anual do FMDCA em votação, sendo o documento aprovado por unanimidade (ou por maioria, conforme o caso). Deliberou-se também pela ampla divulgação do relatório, conforme as normas de transparência pública. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião às 10:00horas. Eu, Clautina Suzana Bezerra da Silva, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos demais participantes.

Itajá/RN, 09 de dezembro de 2025.

RESOLUÇÃO DO CMDCA Nº 004, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a aprovação do Relatório de gestão do FMDCA.

A PLENÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA), em reunião ordinária realizada no dia 09 de dezembro de 2025, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal nº 369/2020. Considerando o disposto no art. 227, caput e § 7º, e no art. 204 da Constituição.

Considerando o disposto no art. 4º, "d"; nos incisos II e IV do art. 88; art. 260, caput e §§ 2º, 3º e 4º e no parágrafo único do art. 261, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Considerando o disposto nos incisos II, §§ 2º, 3º e 4º, do art. 3º; art. 7º e art. 8º, da Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão- Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA).

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Itajá/RN, 09 de dezembro de 2025.

ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

7º Reunião extraordinária do

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

Data: 09 de dezembro de 2025

Local: TELECENTRO

Horário: 09:00h

Pauta: APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FMDCA)

LISTA DE PRESENÇA

Nº	NOME	REPRESENTAÇÃO
1	ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA	SOCIEDADE CIVIL
2	MARIA ELISANGELE CUNHA	SAÚDE
3	RANIERE ROBERTO BEZERRA	ASSOCIAÇÃO
4	ANA LETICIA PESSOA LOPES ARAÚJO	EDUCAÇÃO
5	JOANA DARC BARBALHO CRUZ	ADMINISTRAÇÃO
6		
7		
8		
9		

EM BRANCO